

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR -
CAMPUS DE APUCARANA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
LETRAS PORTUGUÊS**

**Apucarana
2018**

ANTONIO CARLOS ALEIXO
Reitor

SIDNEY KEMPA
Vice-reitor

MARIA SIMONE JACOMINI NOVAK
Pró-reitora de Ensino e Graduação

DANIEL FERNANDO MATHEUS GOMES
Diretor do *Campus*

LEONARDO FÁVERO SARTORI
Vice-diretor do *Campus*

ANTONIO MARCOS DORIGÃO
Diretor do Centro Ciências Humanas e Educação

ANA PAULA FERREIRA DE MENDONÇA
Coordenadora do curso Letras Português

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
1.1	TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	5
1.2	DIMENSÃO HISTÓRICA.....	5
1.2.1	Dimensão Histórica da Unespar	5
1.2.2	Histórico do Curso de Letras Português, <i>Campus</i> de Apucarana	6
1.2.3	Programa de Reestruturação de Curso: Articulação entre os Cursos de Letras da UNESPAR.....	7
2	LEGISLAÇÃO	8
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	9
3.1	JUSTIFICATIVA	9
3.2	CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	10
3.2.1	Sociedade, Educação e Universidade	10
3.2.2	Concepção de Linguagem	14
3.2.3	Concepção de Literatura	15
3.2.4	Concepção de Ensino de Língua	18
3.3	OBJETIVOS.....	19
3.3.1	Objetivo Geral do Curso.....	19
3.3.1	Objetivos Específicos	20
4	METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	21
4.1	INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	21
4.2	DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	25
5	DIMENSÃO AVALIATIVA	28
5.1	AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	28
5.1.1	Avaliações do Corpo Discente	29
5.1.2	Avaliações do Corpo Docente	29
5.1.3	Avaliações Externas	30

6	PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL	30
6.1	PERFIL DO INGRESSANTE	30
6.2	PERFIL DO EGRESSO	30
7	ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO.....	32
8	DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS.....	34
9	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ..	36
10	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	37
10.1	DISCIPLINAS OPTATIVAS	59
10.2	DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES	69
10.3	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	70
10.4	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - AAC	71
10.5	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	71
10.6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	73
11	CORPO DOCENTE	73
10.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	75
12	INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL	76
	REFERÊNCIAS	78
	ANEXOS	82
	ANEXO A: Regulamento de Estágio	83
	ANEXO B: Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.....	93
	ANEXO C: Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares	96

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Licenciatura em Letras Português	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2013	
CAMPUS	Apucarana	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Humanas e Educação	
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula: 3960 h/a	Em horas/relógio: 3300 h
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	

1.1 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas:

1.2 DIMENSÃO HISTÓRICA

1.2.1 Dimensão histórica da UNESPAR

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar – é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, com sede no Município de Paranavaí, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Está vinculada à SETI – Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior – onde tem assegurado orçamento próprio.

A Unespar constitui-se em uma das sete universidades estaduais públicas do Paraná, abrangendo os seguintes *campi*: Curitiba I, Curitiba II, Campo Mourão, Apucarana, Paranaíba, Paranaguá, União da Vitória e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada academicamente à Unespar, por força do Decreto Estadual 9.538, de 05 de Dezembro de 2013.

A Unespar satisfaz referenciais de qualidade para ensino, extensão e pesquisa em nível superior e tem como missão gerar e difundir conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional.

1.2.2 Histórico do curso de Letras Português, *campus* de Apucarana

Os cursos de Letras da Unespar, *campus* de Apucarana, são os mais novos na história desta universidade. Criados a partir de uma reorientação de vagas dos cursos de bacharelado, as licenciaturas apresentam-se como diferencial desta instituição para fazer o enfrentamento aos grandes desafios que se nos apresentam na contemporaneidade.

Os principais documentos nos quais nos baseamos para a fundamentação teórico-metodológica de nosso curso foram a nova LDB, bem como a Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras (objeto do Parecer CNE/CES nº. 492/2001, aprovada em 03/04/2001)

O curso de Letras Português do *Campus* de Apucarana foi implantado em 2013 e seu Projeto Político Pedagógico foi construído com o intuito de promover a formação pedagógica, em nível de ensino superior, uma vez que a comunidade local era atendida apenas por uma fundação municipal¹ no que diz respeito à formação de professores para a Educação básica.

Em sua primeira turma, em 2016, o curso de Letras Português de Apucarana formou dezessete alunos e, em 2017, houve a formatura de vinte e um alunos. Para este ano de 2018, temos a previsão de formarem-se vinte e seis acadêmicos.

Periodicamente, o curso oferece eventos de natureza pedagógica e científica, de caráter interno e extensional, como o *Seminário de Pesquisa em Letras*, o *Colóquio de*

¹ Esta instituição não está mais em funcionamento.

Estudos Afro-brasileiros e Africanos, a Jornada de Estágio Supervisionado, o Congresso de Licenciaturas, o Sarau Cultural e a Semana de Integração Acadêmica.

1.2.3 Programa de Reestruturação de Curso: Articulação entre os Cursos de Letras da UNESPAR

Iniciado em agosto de 2015, o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da Unespar teve por objetivo principal a consolidação de um projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de graduação. O Programa envolveu diversas ações, coordenadas pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/Unespar), e mobilizou um grande número de docentes na reformulação dos projetos pedagógicos de 67 cursos, distribuídos nos sete *campi* da Unespar.

Para tanto, como metodologia eleita, instituíram-se Grupos de Trabalho (GT) constituídos por docentes de cursos afins. No caso do GT de Letras, houve representantes de cinco *campi*: Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. A primeira reunião ocorreu em Campo Mourão, em setembro de 2015, e, desde então, ficou explícito que os cursos, apesar de apresentarem muitas diferenças, partilhavam de muitas dificuldades. Assim, tendo como foco o enfrentamento das dificuldades comuns, em sua segunda reunião, os membros do GT deliberaram sobre quais as concepções fundantes dos cursos, ficando acordado que os textos em que as referidas concepções estariam explicitadas seriam produzidos por todos, de modo colaborativo, a fim de proporcionar uma real aproximação conceitual e uma identidade aos cursos de Letras da Unespar.

Organizadas pela PROGRAD/Unespar, mais duas outras reuniões foram realizadas, oportunidades em que os membros do GT aprovaram os textos coletivos e as discussões sobre objetivos dos Cursos, perfis do ingressante e do egresso, bem como as matrizes curriculares foram realizadas. Como forma de conclusão dos trabalhos, em abril de 2018, foi realizado o I Fórum dos Cursos de Letras da Unespar, encontro em que os membros do GT de Apucarana, Campo Mourão e Paranaguá, em dois dias de trabalho intenso, finalizaram suas propostas para que sejam apresentadas às instâncias superiores da universidade. Como conclusão dos trabalhos, para além da tarefa objetiva de reestruturação dos PPC, o GT de Letras indicou a necessidade de continuidade dos trabalhos de articulação entre os cursos, sugerindo a

manutenção anual do Fórum dos Cursos de Letras da Unespar como espaço privilegiado de debates e discussões sobre a formação de professores de línguas no estado do Paraná.

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- ✓ DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE);
- ✓ DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE);
 - ✓ Decreto de Autorização Nº 5121/2012
 - ✓ Parecer CES/CEE nº16/2012
- ✓ DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE);
 - ✓ Parecer CEE/CES nº 04/17
- ✓ BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso e resoluções afins).
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 28/01, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 9/01, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 27/01, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP nº 9/01, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 109/02, que esclarece a aplicação da Resolução de carga horária para os cursos de Formação de Professores;
 - ✓ Resolução CNE/CP nº 2/02, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior;

- ✓ Resolução CNE/CP nº 1/02, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- ✓ Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- ✓ Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.
- ✓ Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- ✓ Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 002/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 JUSTIFICATIVA

Com base nas pesquisas e experiências acumuladas pelo corpo docente nos primeiros anos de funcionamento do curso, apurou-se que várias ementas abordavam, em alguns momentos, os mesmos conteúdos ou ainda prescindiam de conhecimentos prévios necessários que não eram estudados em tempo hábil. Além disso, percebeu-se que alguns conteúdos poderiam ser desenvolvidos com maior profundidade se fossem remanejados para disciplinas similares ou de complementação. Assim, houve um movimento de tentar reorganizar essas

questões, mas, como o curso ainda não havia sido reconhecido, não foi possível alterar as ementas ou fazer qualquer outra modificação.

Outro motivo que nos impulsiona a esta reestruturação é o fato de que a distribuição atual dos componentes curriculares na matriz do curso ocasiona o estudo estanque da teoria e da prática na formação didático-pedagógica, em que o contato dos acadêmicos com a realidade escolar ocorre somente nos dois últimos anos, promovendo, assim, a conservação da dicotomia “teoria x prática”. A partir dessa reflexão, verificamos a necessidade de antecipar a experiência dos estágios, a fim de que os professores em formação possam estabelecer uma relação mais próxima com a instituição escolar – tanto sobre seu funcionamento, de modo mais amplo, como também sobre a sala de aula – e construam, assim, uma formação mais sólida e crítica, tal como requer um curso de Licenciatura.

Desta forma, o Programa de Reestruturação de Cursos de Graduação da Unespar atende a essa expectativa, juntamente com a preocupação em proceder às modificações necessárias, conforme determina a Resolução nº 02/2015. Entende-se que a necessidade de alteração do Projeto Pedagógico de um curso não é um fato corriqueiro e aligeirado, mas é fundamental que toda mudança seja feita levando-se em conta os aspectos contextuais, que atendam às necessidades regionais, mas que também atendam aos padrões de qualidade necessários para o funcionamento do Curso e para a formação dos acadêmicos.

Por essa razão, considerando as possibilidades de diálogo com outros *campi* e respeitando as características da nossa região, verificamos que as atividades de reestruturação de cursos permitem discutir as carências já levantadas, ao mesmo tempo em que proporcionam a oportunidade de amadurecimento de outras frentes de mudanças, altamente relevantes na efetivação de um curso de licenciatura de qualidade.

3.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

3.2.1 Sociedade, educação e universidade

A sociedade é constituída e constituidora do ser humano e, como ele, desenvolve-se e torna-se cada vez mais complexa em sua totalidade no decorrer do processo histórico da evolução do homem cujo intercâmbio entre ele mesmo e a natureza, a linguagem, o pensamento e a sociabilidade como complexos universais asseguraram a reprodução da vida humana e seu desenvolvimento nos diversos modos de produção até seu estágio atual, o

capitalismo. Nele, as relações sociais partem de valores de troca, preterindo a integridade do ser social ao seu estado mais fragmentado, como uma mercadoria, em uma luta constante que é inerente a uma sociedade de classes. Dessa forma,

[...] o gênero humano tem se tornado cada vez mais livre e universal, mas essa liberdade e universalidade não se têm verificado na vida da grande maioria dos homens singulares. Quer dizer, hoje já existem objetivações genéricas (objetivações do gênero humano) que resolveriam grandes problemas da humanidade, mas a estrutura da sociedade em que vivemos não permite que a grande maioria dos indivíduos tenha acesso a elas. Nesse sentido, esses indivíduos estão alienados frente a esses produtos da atividade humana (OLIVEIRA, 2001, p. 5).

Assim, ao passo em que há um grande desenvolvimento da humanidade, ocorre, em contrapartida, uma fragmentação do ser singular, ou seja, uma alienação ou inacessibilidade aos bens produzidos por ele mesmo.

Para que a exploração do homem pelo homem deixe de existir, Marx (1873/1968/1982/2011) enuncia a necessidade do surgimento de um novo homem (VIGOTSKI, 1934/2009). Um homem livre, não alienado, conhecedor da realidade, e, portanto, capaz de protagonizar o surgimento de uma nova sociedade. Para isso, são primordiais condições materiais, resultados “de um longo e penoso processo de desenvolvimento” (MARX, 1873/1968/1982/2011), fruto do desenvolvimento histórico do homem e, portanto, da sociedade.

A educação como parte constituinte dessa sociedade tem como um de seus princípios básicos a formação integral do ser humano. Nesse sentido, é de extrema relevância a concepção de Vigotski (1934/2009) e Saviani (2003) de educação como “produção do saber”, atribuindo à escola a transmissão dos conhecimentos sócio historicamente elaborados pela humanidade. O último autor define a produção do saber como o conjunto da produção humana que inclui ideias, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. Com efeito, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p.13). Para que isso ocorra, o professor torna-se protagonista no ato de ensinar conhecimentos científicos, culminando no eventual desenvolvimento integral do estudante.

Para Saviani, o conhecimento científico, a partir de uma perspectiva materialista-histórica dialética, é fundamental para evitar a diluição dos valores morais e a efemeridade das informações e conhecimentos, consumidos e descartados com extrema rapidez no contexto em que a pós-modernidade se torna cada vez mais evidente em todas as instâncias da sociedade. Convergentes com essa posição, Mézaros (2009) e Duarte (2000) afirmam que essa diluição é um dos exemplos que resultam no que eles denominam de crise estrutural da sociedade capitalista que, em sua essência, opõe-se ao desenvolvimento integral do ser humano, acentuando o processo de alienação.

Frente a essa constatação, a universidade deveria ser regida pelo princípio da universalidade do conhecimento e sua sistematização (CHAUÍ, 2003), ancorada na concepção de uma universidade pública, gratuita, laica e autônoma que desenvolva, em suas práticas, não apenas os aspectos cognitivos, mas também os éticos, expressivos e afetivos. Essa universidade, no seu humanismo, tem como objetivo principal a exploração de todas as dimensões (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002) do desenvolvimento humano, buscando formar educadores que deem conta dessa totalidade.

Nessa acepção, Martins (2008) corrobora a necessidade de a universidade exercer sua função social como uma instituição social (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002; CHAUÍ, 2002; DIAS SOBRINHO, 2005; entre outros) em que se torna um “espaço institucional histórico de formação humana, reflexão crítica, produção e socialização de conhecimentos que atendam à construção da cidadania, numa globalização da vida e dignidade humana” (MINGUILI, CHAVES e FORESTI, 2008, p. 43) em oposição a uma ideia de universidade como organização social, na qual ocorre uma fragmentação das atividades e o abandono da pesquisa. Nesse caso, a política neoliberal estabelece metas ligadas a ideias de sucesso e eficácia em relação a determinados objetivos propostos, não cabendo à universidade questionar a sua existência e/ou a sua função no interior da luta de classes.

Por outro lado, como instituição social, que é o papel que lhe deve ser imputado, busca-se a universalidade (CHAUÍ, 2003). Para a autora (2003, p.6), isso significa que “[...] a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesmo como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares”.

Nessa perspectiva, entendemos que a Universidade, a partir de sua natureza pública e laica, conquistando sua legitimidade enquanto uma instância de autonomia do saber científico

em relação à Igreja e ao Estado, precisa assumir a práxis (MARX, 2002; MARTINS, 2008) de resistência contra os discursos e práticas que buscam abreviar ou reduzir sua função na formação dos indivíduos. Seu desafio é o de resgatar e de ressignificar o papel de instância crítica da sociedade e de si mesma, como constituidora dessa história que, em um projeto coletivo, crítica para ofertar mais para quem mais precisa, ou seja, os trabalhadores. O sentido que se busca, pois, é do humanismo que corrobora com a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento sustentável enquanto base para a dignidade das cidades, dos campos, do homem e do planeta. “Que a universidade não seja um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 173), assumindo seu compromisso ético-político com a busca por uma formação integral, humana e profissional, que contribua para o processo de emancipação social.

Importante ressaltar que as concepções acima explicitadas estão em consonância com os pressupostos fundadores da Unespar, uma vez que, em seu PPI (Projeto Político Institucional), podemos ler:

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar tem por objetivos institucionais produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura, a produção do conhecimento, a reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática (PPI, 2012, p.12).

A Unespar, dessa maneira, assume seu papel de *instituição social* (em detrimento a uma concepção tecnicista e superficial) a partir de dois grandes compromissos. O primeiro compromisso está relacionado ao *princípio de qualidade* pautado na produção e na difusão de conhecimentos (científicos, tecnológicos e artístico-culturais). O segundo compromisso está centrado em uma política de *responsabilidade social*, cujos valores de liberdade, ética, identidade, responsabilidade, pluralidade, cidadania norteiam o planejamento de ações com “vistas à promoção da inclusão social, desenvolvimento humano, social e integral, desenvolvimento econômico, respeito ao meio ambiente e à cultura.” (PPI, 2012, p.13).

3.2.2 Concepção de linguagem

A concepção de linguagem que subsidia este PPC está vinculada ao processo de interação humana, que se constitui nas e pelas práticas sociais. Assim, a realidade fundamental da linguagem constitui-se pelo seu caráter dialógico, que está presente em toda forma discursiva produzida, pois a presença do outro e dos contextos sociohistórico-ideológicos são determinantes de qualquer prática linguística. A linguagem é, assim, concebida como um trabalho social, histórico e cultural amplo dos sujeitos diante de outros sujeitos, o que remete a sua historicidade, que se concretiza pragmaticamente a partir das interações específicas no interior de determinadas formações sociais, enquanto acontecimentos interlocutivos singulares, constituindo-se como forma de interação humana e como centro das relações sociais, conforme pontua Geraldi (1991).

Nessa perspectiva, o diálogo realiza-se na linguagem em ações sócio-historicamente situadas, que se concretizam a partir das condições de produção que circundam o ato de dizer e que são negociadas por meio de mecanismos linguístico-discursivos. Compreende-se, assim, que a linguagem não é neutra, visto materializar ideologias e relações de poder. Nesse sentido, acredita-se que as práticas discursivas são elaboradas nas e pelas relações sociais e, em uma via dupla, as práticas sociais assinalam a emergência de práticas discursivas específicas. Desse modo, todo discurso é dialogicamente uma resposta a outros enunciados que o precederam e aos que virão.

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 131-132).

A linguagem, sob o prisma da interação, solicita uma mudança na perspectiva do ensino de língua, visto que a eleição exclusiva de aspectos formais baseados em regras e prescrições por si só não são suficientes para ampliar o horizonte discursivo do aprendiz. Documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados nos anos finais do século XX, e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2008), orientam que o ensino de língua portuguesa assuma os enunciados concretos como objeto de ensino, afinal “não podemos estudar as formas gramaticais sem constantemente considerarmos sua elucidação estilística. Quando a gramática é isolada dos aspectos semânticos e estilísticos do

discurso, torna-se uma escolástica” , segundo Bakhtin (2004[1994], p. 12, apud PEREIRA, 2016)².

3.2.3 Concepção de literatura

Toda produção discursiva é direcionada ao outro. Ao mesmo tempo, é, ainda, motivada pelo externo e social. Nesse elo discursivo ininterrupto, a literatura é um importante instrumento que permite ao homem ampliar os caminhos que o levam ao conhecimento do seu universo, uma vez que as manifestações literárias, em seus vários gêneros, funcionam como um organismo vivo da linguagem, propiciando, paralelamente ao domínio da língua, o aprimoramento de uma personalidade consciente de si e do mundo de forma dinâmica e renovadora, consoante à perspectiva de linguagem assumida.

Ao compreendermos a linguagem como interação e ao assumirmos uma visão literária em que, concomitantemente a linguagem está impregnada de relações dialógicas, valores e conceitos socialmente instituídos, a noção de homem sustentada é a de sujeito de sua própria ação, no interior de uma sociedade que o constitui e que é constituída ela mesma pelos sujeitos e pelas instituições democráticas.

O conceito de “literatura” apresenta um desenvolvimento histórico-semântico que indica sua condição dialética, mormente considerada em duas definições interpenetrantes: a interna, centrada na configuração poética do texto e a externa, de natureza social. Discutem-se, de um lado, diacronicamente, e sobre enfoques teóricos, críticos e metodológicos de diferentes orientações, o texto literário e suas especificidades, considerado em sua autorreferencialidade e conotação, através do princípio da literariedade; a relação do texto literário com outras noções como a intencionalidade e a hermenêutica do texto, a língua, o estilo e a função poética da linguagem; a mimese literária e a verossimilhança, o problema dos gêneros literários; a tradição literária, a historiografia e a formação do cânone; os procedimentos intertextuais, a leitura e seus princípios recepcionais e a construção de sentidos polissêmicos, além da questão do valor e da autoria.

De outro lado, a dimensão social e histórica da literatura insere estas e outras noções que gravitam em torno de um conceito formal de literatura, à multivalência do sistema “autor-público-leitor”, às complexas estruturas históricas, às relações de poder e às múltiplas

² Trecho traduzido por Pereira (2016).

condições ideológicas e discursivas que se capilarizam no campo literário, pondo em relevo o contexto de formulação e disseminação teórica sobre o literário, de forma revisionista. Atenta a demandas contemporâneas, esta perspectiva crítica problematiza as relações entre literatura e direitos humanos, o literário e sua função humanizadora e pedagógica, a recepção de textos literários e a sociologia da leitura, levando em conta determinantes sócio-históricos que incidem sobre a emergência de revisão do cânone literário, a fim de contemplar o debate público sobre a representação literária de autoria de minorias étnicas e sexuais e de outros temas de natureza social, inclusiva, e, portanto, multicultural. O aporte das discussões acerca do fenômeno literário na contemporaneidade conduz a investigação e a difusão da literatura, orientando-se por aproximações cada vez mais rentáveis entre os estudos literários e outros campos epistemológicos, reconhecendo, no limite, a experiência com a literatura, a produção de sentido e efeito estético, suas ressonâncias na construção de sujeitos históricos e na emancipação de consciências, como uma construção ininterrupta, dialógica, subjetiva e social. Tendo como pressuposto que há uma intrínseca relação entre literatura e sociedade, uma vez segundo o crítico literário Antonio Candido (2000), a literatura é um produto social que exprime as condições do contexto histórico do qual se originou, em seu ensino no curso superior é fundamental observar os aspectos que a ligam “à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação” (CANDIDO, 2000, p. 21). Ainda segundo Candido (1989), a literatura é uma manifestação universal, “cuja satisfação constitui um direito” (CANDIDO, 1989, p. 112). A partir dessa visão de que a literatura é um bem essencial, seu ensino deve ser voltado, conforme apontado antes, à intrínseca relação entre a sua forma estética e a dimensão social e ideológica, uma vez que, como aponta o crítico, “a organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro a se organizar; em segundo a organizar o mundo” (CANDIDO, 1989, p. 114). Isso aponta, com efeito, para o traço essencial da literatura, na concepção de Candido, que é a humanização, ou seja, aqueles traços essenciais ao homem que enriquecem nossa percepção e nossa visão de mundo. Dessa forma, a humanização propiciada pela literatura, ao contrário da visão maniqueísta de bem e mal, certo ou errado, aponta para traços essenciais da psique humana, ao agir no seu consciente e também no inconsciente. Em suma, compreende-se por humanização

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa

disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós, a quota de humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 1989, p. 117).

Esse processo de “humanização”, enfatizado por Antonio Candido, encontra ressonância significativa em outro teórico da literatura, ao mencionar o interesse que deveria ter o texto literário em sua significação final, a análise das obras literárias em sua dimensão humana, restringindo-se o método ao sentido projetado pelo próprio texto. Assim diz Todorov (2009):

A análise das obras feita na escola não deveria mais ter por objetivo ilustrar os conceitos recém-introduzidos por este ou aquele lingüista, este ou aquele teórico da literatura, quando, então, os textos são apresentados como uma aplicação da língua e do discurso; sua tarefa deveria ser a de nos fazer ter acesso ao sentido dessas obras – pois postulamos que esse sentido, por sua vez, nos conduz a um conhecimento do humano, o qual importa a todos (TODOROV, 2009, p. 89).

Vale ressaltar ainda que a literatura, além de propiciar o conhecimento por meio da organização das emoções, também remete aos conhecimentos intencionais que são injetados pelo autor para serem assimilados pelos receptores, ou seja, os leitores. Trata-se das ideologias, das crenças que permeiam a obra literária e manifestam-se, portanto, por meio da literatura.

Portanto, a construção de uma sociedade justa pressupõe a garantia de que seus cidadãos tenham acesso à arte e à literatura, em todas as suas modalidades, pois a fruição destas são um bem e um direito inalienável.

Assim sendo, o papel da universidade é essencial, por propiciar o contato de estudantes de diferentes classes sociais, etnias e culturas do Curso de Letras com o texto literário em toda a sua pluralidade e diversidade, contemplando tanto a tradição clássica quanto às manifestações contemporâneas, como a literatura das minorias, aqui entendidas como a presença viva da literatura em sua dimensão histórica e social, representadas na produção de autoria feminina, na manifestação artística dos homossexuais, na criação da arte

negra brasileira, sem esquecer a presença incontestável das literaturas africanas em língua portuguesa, consubstanciando não só o preceito legal de sua oferta nos cursos de Licenciatura, sobretudo pela relação histórica em que se encontram Brasil e África.

3.2.4 Concepção de ensino de língua

Por muitas décadas, o ensino de língua portuguesa e estrangeira esteve pautado pela premissa de que ensinar língua era ensinar *sobre* a língua. Nessa perspectiva, o ensino de regras, sistemas, metalinguagem, aspectos formais de escrita e leitura e o mito de unicidade da língua, que desconsiderava o que era autorizado pela gramática tradicional e valorizava a dicotomia certo/errado, orientou as ações do professor de línguas por um longo tempo, em contraposição ao que nos elucida Guimarães (2005), de que o processo de identificação social dos sujeitos e de seus grupos orienta a constituição das línguas. Por muito tempo, o método tradicional do ensino de gramática norteou – e, infelizmente, muitas vezes, ainda norteia – o ensino da língua materna em nosso país. Do mesmo modo, presenciou-se a oscilação entre esse método tradicional e o ensino tecnicista de língua em ambos os casos desprovidos dos contextos e implicações sociais da língua.

O curso de Letras Português na Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Apucarana, objetiva a formação de professores de língua portuguesa e respectivas literaturas com os conhecimentos que possibilitem a formação de profissionais aptos a lidar com os fenômenos linguísticos inerentes ao contexto escolar, em uma perspectiva que contemple, concomitantemente, a relação intrínseca entre linguagem, contexto histórico-cultural e as práticas sociais. Diferentemente do ensino de línguas acima exposto, a nossa perspectiva é a de que ensinar língua não é ensinar regras gramaticais, mas ensinar a compreender a linguagem, nas suas mais diversas manifestações orais e escritas.

Faz-se também necessário considerar as transformações que as tecnologias trouxeram para o ensino uma vez que os contextos sociais e escolares encontram-se permeados de estímulos, instrumentos e suportes das mais diversas naturezas. Assim, a linguagem, antes vista nos meios escolares como majoritariamente verbal, compõe-se contemporaneamente de imagens estáticas e em movimento, de sons, músicas e gestos. O escopo é amplo e a construção de significados somente se faz possível por meio da leitura de mundo, permeada

por significados pragmáticos, contextuais, simbólicos, entre tantos outros. As informações e os conhecimentos são produzidos e disponibilizados pelos mais diversos meios, que vão além das páginas dos livros didáticos e se multiplicam em sites de buscas da rede mundial de computadores, canais de distribuição de vídeos, de conteúdos e de formação de opiniões, podcasts, rádios, emissoras de televisão, aplicativos de celulares, recursos midiáticos diversos e pelos que ainda estão por vir.

As tecnologias da informação e comunicação ampliam-se cada vez mais e, conforme afirma Duboc (2015, p. 666-667),

De uma sociedade tipográfica, cujos processos de significação pautavam-se prioritariamente no uso da linguagem verbal reproduzida em mídias impressas, passamos a uma sociedade pós-tipográfica cuja produção de sentido passa a fundamentar-se em usos complexos e variados de modos semióticos nunca antes vislumbrados, processo este que complexifica a própria ideia de linguagem e de texto na contemporaneidade.

É nesse contexto pós-tipográfico que se situam os alunos da educação básica e, por conseguinte, estarão atuando os alunos egressos do curso de Letras. É preciso portanto, formar professores que estejam preparados para lidar com essa multiplicidade de recursos, informações e sentidos.

Desse modo, a concepção de ensino de língua portuguesa deste documento fundamenta-se no entendimento de que muito mais do que ensinar sobre sistemas linguísticos, o professor precisa compreendê-la em suas riquezas e enquanto fenômeno e manifestação sociocultural para que, motivado por essa compreensão, saiba lidar adequadamente com as realidades linguísticas que acontecem dentro e fora do contexto escolar.

3.3 OBJETIVOS

3.3.1 Objetivo geral do curso

Formar professores e pesquisadores na área de língua portuguesa e respectivas literaturas, capazes de refletir sobre suas próprias práticas, a fim de que busquem melhorias no processo de ensino e de aprendizagem e na interação com seus alunos por meio da pesquisa e da extensão.

3.3.2 Objetivos específicos

- Garantir um sólido embasamento teórico das diferentes abordagens que fundamentam as investigações de língua e de linguagem;
- Propiciar a reflexão constante do movimento dinâmico existente entre linguagem e práticas históricas e sociais;
- Proporcionar uma postura reflexiva em relação ao ensino e à aprendizagem da língua portuguesa, apontando problemas, sugestões, propostas metodológicas;
- Formar profissionais conscientes das necessidades e das possibilidades de intervenção pedagógica;
- Oferecer caminhos para que o aluno possa utilizar, com domínio, os recursos da língua culta e de dominar a gramática, bem como refletir acerca de suas diferentes concepções;
- Facultar ao aluno a percepção da evolução da língua portuguesa, para que este consiga analisá-la, descrevê-la e explicá-la, diacrônica e sincronicamente;
- Incitar no aluno a percepção do fato literário como objeto de linguagem;
- Proporcionar a leitura de um repertório vasto de literaturas ampliando o horizonte de leituras do aluno para que este esteja apto a identificar relações intertextuais com obras de literatura universal;
- Proporcionar a reflexão sobre as condições de enunciação do texto literário diante das diferentes tramas discursivas da cultura contemporânea;
- Contextualizar o ensino de língua e literaturas no quadro político, social e escolar brasileiro;
- Delinear um conjunto de conhecimentos e atitudes possíveis e desejáveis a um professor da Área de Letras;
- Comparar reflexiva e criticamente diversificadas teorias e métodos de ensino e de aprendizagem;
- Proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de reflexões que levam à formação de uma consciência crítica e comprometida com a construção da cidadania.

4. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

4.1 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto como requisito indispensável às universidades pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207.

Alicerçando-se em Pinto (1986), na tentativa de contribuir para desconstruir a imagem de que a universidade privilegiaria “como saber o conhecimento gerado por seus cientistas” e, em contrapartida, ignoraria “não apenas o conhecimento popular como também a realidade em que está inserida”, Magalhães (2007, p. 169) afirma que

[...] grupos ligados às lutas populares influenciaram na inclusão, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que passa a ser um requisito identitário essencial às instituições que querem se firmar como universidade.

A compreensão do princípio da indissociabilidade deve se dar pelas vias paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, não se restringindo ao aspecto conceitual ou legislativo. Tal fato relaciona-se à função e à razão de ser das universidades que se vinculam historicamente às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

Cabe destacar que a LDB 9394/96, em seu Capítulo IV, que trata da Educação Superior, omitiu o princípio da indissociabilidade, deixando que leis complementares tratassem da questão. Todavia, como destaca Martins (2008, p. 73), “as universidades continuam imbuídas dessas funções”.

Nesse sentido, a Universidade Estadual do Paraná – Unespar destaca como um de seus princípios direcionadores a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que sua missão incide não apenas na *promoção* do conhecimento, mas também na sua *produção*, com o fim de promover a cidadania e o desenvolvimento humano. No Plano de Desenvolvimento Institucional da Unespar (PDI), podemos ler que:

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e

sustentável, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional (PDI, 2011, p.31).

Como se vê, o modelo de universidade defendido em nosso PDI é o que propõe que o processo educativo ocorrido no ensino superior não seja apenas para a formação de um profissional voltado ao mercado de trabalho, mas para a formação de um indivíduo gestado e aparelhado intelectual, cultural e socialmente, de modo que consiga promover o desenvolvimento humano em sua plenitude. Esta afirmação coaduna-se com o proposto por Martins (2008), quando o autor ressalta que a função básica do processo educativo é a humanização plena. Compreendemos, pois, que essa humanização plena pode vir a ocorrer quando desenvolvemos nossas atividades institucionais tendo presente a indissociabilidade entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo pelos documentos oficiais da Unespar, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) afirma que o “ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Universidade” (PPI, 2012, p. 20). Dessa forma, a articulação entre pesquisa e ensino só tem sentido quando estiver também articulada com a extensão.

Considerando-se que a pesquisa é o processo de produção de conhecimento, com base em uma metodologia específica, que visa à busca de respostas a questões específicas, esse processo deve também orientar-se em uma perspectiva ética, uma vez que o pesquisador deve ter por característica intrínseca a responsabilidade social em relação a sua produção (PPI, 2012, p. 22).

O compromisso ético está também presente nas atividades da extensão que, por sua vez, ao articular diferentes atores sociais, busca a difusão e a disseminação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa a fim de que estes se tornem acessíveis à sociedade, possibilitando uma transformação social. Partindo de uma concepção crítica e emancipatória, o PPI da Unespar salienta que

[...] a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social (PPI, 2012, p.25).

Verifica-se, portanto, que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto nos documentos oficiais da Unesp como fundamento metodológico, aproximando universidade e sociedade “como condição para uma formação teórico-crítica indispensável ao sujeito prático” (MARTINS, 2008, p. 83).

Por essa razão, o tripé proposto fomenta um modelo de produção, reflexão e interação do saber científico, procurando um distanciamento cada vez maior do tradicionalmente consagrado modelo de pura transmissão do conhecimento. Nessa direção, o curso de Letras visa ao diálogo interdisciplinar como meio para relacionar as práticas universitárias. A articulação dos saberes permite que um mesmo objeto possa ser analisado/observado sobre a prática do estudo e do ensino, vinculados às práticas sociais.

A tridimensionalidade do fazer universitário transcende a pura transmissão do conhecimento, o ensino abstrato e desconexo das realidades sociais. Ao promover a articulação do ensino e pesquisa, da pesquisa e extensão, e da extensão e ensino, contribui para uma formação acadêmica em que se abre espaço para:

- a) produção do conhecimento científico a partir das demandas sociais;
- b) interação sociedade e universidade;
- c) articulação, reflexão e (re)construção de saberes;
- d) práxis³ pedagógica;
- e) aprendizagem e ressignificação de técnicas pedagógicas;
- f) formação e reflexão profissional.

Desse modo, a formação do profissional de Letras pode conduzir ao conhecimento da realidade social e a determinação finalidades para sua transformação, dialogicamente mediados pelo processo de teorização. Afinal, parafraseando Marx, conhecer e interpretar a realidade não bastam, é preciso transformá-la.

Para tanto, segundo Magalhães (2004), “[...] temos a considerar o fato de que a interação do tripé exige uma postura diferente do professor dentro da universidade, passando de uma atitude simplesmente instrucionista, informativa, para a de mediador do processo de construção do conhecimento”.

³ Compreendida não simplesmente como uma prática de inobserância teórica, mas assumida como uma atividade teórica, “material, transformadora e ajustada a objetivos”, conforme pontua Vásquez.

Enfim, nossa proposta é de que se adotem metodologias que concebiam a Pesquisa e a Extensão como estratégias de ensino, pois “ao realizar suas pesquisas, o pesquisador, quando entra em sala de aula, tem um nível de informações mais profundo e atualizado, do mesmo modo que também suas reflexões são mais aprofundadas e contextualizadas” (MAGALHÃES, 2004).

Sob o ponto de vista da formação discente visando a sua cidadania, o Ensino deve estar voltado para o desenvolvimento da capacidade de criticar, de formar grupos e parcerias, de planejar, de propor e realizar ações em conjunto. Tais competências, específicas da formação para cidadania, podem ser propiciadas por meio da Pesquisa e, sobretudo, da Extensão (MAGALHÃES, 2004).

Os cursos de Letras da Unespar visam, portanto, a democratizar as atividades de Pesquisa e Extensão [...] de modo a “torná-las presentes no cotidiano da formação do futuro profissional” ao almejar a realização de “um ensino a partir da imersão do aluno na vida; da Universidade na Comunidade” (MAGALHÃES, 2004). Afinal, conforme pontuam Queiroz, Glória e Santiago (2005, p. 6),

[...] as reflexões com os alunos sobre as vivências e novas descobertas levam à constatação de que a partir do momento em que eles percebem a contextualização do conteúdo ensinado na sua prática profissional futura se tornam mais motivados no aprofundamento dos conteúdos curriculares.

Paralelamente, os autores concluem que “Professores-pesquisadores universitários, ao promoverem o trânsito de experiências [...] trilharão caminhos para a indissociabilidade pesquisa, ensino, extensão na formação de novos profissionais” (QUEIROZ, GLÓRIA e SANTIAGO, 2005, p. 6).

4.2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

A concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões no decorrer da história da universidade no Brasil. Passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania” (FORPROEX, 2006, p.

20). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como a base da Organização das universidades brasileiras.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Tomando por base este conceito, a Lei Nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE determina em sua Meta 12.7 que as instituições de ensino superior devem: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Considerando o caráter da indissociabilidade, no escopo do presente PPC (conforme detalhado em “Metodologia de Ensino e de Aprendizagem”, no Item 4, deste documento), o curso de Letras Português da Unespar de Apucarana dá ênfase ao desenvolvimento de atividades que, coadunadas àquelas mais voltadas à prática docente, priorizam a manutenção e realização concreta desse sistema tríplice.

Nesse sentido, há uma proposta de desenvolvimento periódico de eventos científicos, que alinham extensão e pesquisa em um único ato, contando com o incentivo ao envolvimento de nossos alunos tanto no plano de execução, enquanto membros de comissões organizadoras, quanto na participação enquanto pesquisadores, divulgando os resultados de suas pesquisas acadêmicas.

Considerando as atividades extensionistas que já vimos desenvolvendo por meio de projetos, bem como o conceito ampliado de extensão definido pelo Forproex e a determinação da Lei 1.3005/2014, o curso de Letras Português da Unespar de Apucarana, após reuniões e discussões organizadas pela Pró-reitoria de Graduação e Pró-reitoria de Extensão e Cultura, organizou a curricularização da extensão da seguinte maneira:

1. Disciplinas que dedicam parte de sua carga horária à iniciação de extensão, atuando na elaboração e no desenvolvimento de projetos;
2. Participação de estudantes em projetos de extensão como Atividade Acadêmica Complementar (AAC);
3. Desenvolvimento de Estágio Curricular Supervisionado dedicados à prática de ensino em projetos de extensão;

4. Disciplina teórica que visa apresentar a Extensão Universitária aos acadêmicos, esclarecendo suas especificidades e possibilitando novos olhares sobre o tema a fim de que possam desenvolver as atividades de extensão como interação entre universidade e comunidade.

Atendendo a esses critérios, a curricularização da extensão no curso de Letras Português da Unespar de Apucarana se dará nos seguintes componentes:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Disciplina “Extensão Universitária”	<i>60 horas de conceitos teóricos introdutórios</i>	<i>Mediante aprovação</i>	60
Atividade Acadêmica Complementar (AAC)	<i>Até 100 horas de participação em atividade ou evento de Extensão Universitária</i>	<i>Certificado da atividade ou evento de extensão</i>	Até 100h
Estágio Curricular Supervisionado	<i>Até 80 horas das atividades de Estágio</i>	<i>Recomendação por escrito do Orientador de Estágio, justificando o aproveitamento das horas em Extensão</i>	Até 80h
Como componente das disciplinas obrigatórias	<i>Até 80 horas de atividades em projetos desenvolvidos fora da sala de aula.</i>		Até 80h
TOTAL			320

A integralização das atividades requer que os estudantes e os professores envolvidos elaborem um cronograma que defina como serão distribuídas as atividades no turno das aulas e em outros horários compatíveis com o acesso da comunidade ao projeto, como anfiteatros, salas de aula, laboratórios e espaços públicos do *campus* ou outras áreas de acesso à

população como escolas, teatros, praças, entidades de atendimento ao público e locais de eventos.

No intuito de acompanhar, orientar e certificar as atividades de extensão o curso de Letras Português da Unespar de Apucarana inseriu normativas de Extensão nos Regulamentos de AAC e de Estágio, enquanto aguarda ampliação no Regulamento de Extensão da Unespar, no sentido de abarcar normativas acerca da Curricularização da Extensão. Para enfatizar ações nesse sentido, o curso definirá um **Coordenador de Extensão**, que se responsabilizará pelo desenvolvimento do regulamento alinhado aos direcionamentos da universidade, para posterior aprovação em Colegiado.

Quanto à Pesquisa, em primeiro lugar, há conteúdos programáticos e atividades propostas em disciplinas específicas do curso que se voltam a esse direcionamento. Estas não se concentram apenas sobre o trabalho teórico relacionado a diversas metodologias de pesquisa, mas também à formação prática do pesquisador, oferecendo subsídios para a produção de trabalhos de cunho científico, contando com acompanhamento por meio de orientações e avaliação continuada.

Concomitante a esses trabalhos desenvolvidos dentro da programação das próprias disciplinas, preza-se pelo incentivo à participação dos discentes em eventos científicos, tanto para que haja disseminação de seus trabalhos de pesquisa quanto para que se habituem ao contexto da pesquisa acadêmica em maior escala, o que proporciona aos estudantes a oportunidade de trocar experiências e saberes com discentes e docentes de outras instituições.

Deve-se destacar, também, a participação regular de nosso curso no PIC – Programa de Iniciação Científica da Unespar. Anualmente, são inscritos e desenvolvidos projetos no programa em questão, nas diversas subáreas em que se desdobram as principais áreas do conhecimento de Letras, prezando pela consonância com os projetos de pesquisa institucionais desenvolvidos pelos professores orientadores, para que possuam maior sustentação e coerência. Os resultados dessas pesquisas são devidamente disseminados em vários veículos qualificados, além de marcarem presença no EAIC – Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar.

Os alunos pesquisadores cujos projetos de Iniciação Científica são vinculados aos projetos institucionais de seus respectivos orientadores, também podem ser cadastrados nos Grupos de Pesquisa que são liderados ou de que fazem parte os professores. O

desenvolvimento e manutenção de GPs vinculados a nosso quadro docente, procurando incentivar também a participação de estudantes, é outra das constantes no horizonte de trabalhos de pesquisa do curso de Letras Português da Unespar/Apucarana.

5. DIMENSÃO AVALIATIVA

5.1 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação é um procedimento fundamental no processo de formação e possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerados os objetivos previstos e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Pautando-nos na concepção de que a avaliação não pode se reduzir a um mero instrumento quantificável e regulatório, sob a pena de, se assim for, torna-se apenas um “ajuste de contas” entre professor e aluno, sem contribuir de fato para a formação dos estudantes.

A avaliação deve cumprir prioritariamente uma função pedagógica ou formativa, gerar informações úteis para a adaptação das atividades de ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos e aos objetivos de ensino. O objetivo de toda avaliação é gerar e gerir retroinformação seja para a ação do professor em sala de aula, seja para a gestão acadêmica. A proposição de atividades avaliativas deve fazer interagir os conhecimentos prévios dos educandos em contextos novos de aplicação e de reflexão. Assim, é inegável a importância da avaliação, tanto para o aluno como para o professor. Além disso, é também inegável a necessidade da avaliação, seja como elemento do processo de construção do conhecimento, seja como elemento de gestão de um projeto pedagógico.

Sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, a avaliação ocorrerá nas seguintes instâncias:

- avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e da disciplina;
- avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- avaliação externa.

5.1.1 Avaliações do Corpo Discente

A avaliação deve percorrer todas as etapas do processo de ensino, não se limitando apenas às avaliações periódicas somativas, tais como provas, trabalhos e seminários, feitas para verificar formalmente a aprendizagem e atribuir notas aos alunos. O projeto de avaliação do professor deve incluir as avaliações formativas e as avaliações somativas. As avaliações formativas têm por objetivo regular a prática do professor, uma vez que permitem que os rumos sejam alterados quando da observância de dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos. Nesse tipo de avaliação, deve haver interação com os alunos, análise da produção dos estudantes e consequente adaptação do processo didático aos progressos e problemas dos alunos, regulação instrumentalizada com implementação de programas de reforços, quando necessário. Atividades em equipe, envolvendo discussão e pesquisa, trabalhos de campo, debates, realizados dentro do espírito de resolução de problemas contextualizados, constituem práticas fundamentais da avaliação formativa.

A avaliação somativa é feita depois do ensino, com atribuição de notas e visando verificar efetivamente o que foi aprendido durante o processo de ensino. Como se trata de uma avaliação de resultados da aprendizagem, essa avaliação revela-se um elemento indispensável para a reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios ao aprendiz. A avaliação deve resultar em uma discussão honesta e transparente, entre todos os elementos envolvidos no processo, com um processo constante de discussão dos critérios de avaliação utilizados pelo professor e da devolutiva das avaliações para que o “erro” seja visto como um dado importante na aprendizagem.

Serão presenciais as avaliações das disciplinas ministradas em EAD.

5.1.2 Avaliações do Corpo Docente

As avaliações do corpo docente são realizadas, institucionalmente, pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), embora seja desejável que, ao final da disciplina, os alunos avaliem as disciplinas e os professores como modo de orientar e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso.

5.1.3 Avaliações Externas

A avaliação educacional externa feita pelo INEP já assume um lugar de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, sendo um mecanismo importante de avaliação externa. Juntamente com as outras avaliações, contribui para um conhecimento mais objetivo dos resultados dos processos educacionais. Há, portanto, convergência em torno da importância estratégica de se avaliarem com profundidade os níveis de qualidade do curso, contribuindo para o seu desenvolvimento.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL- FORMAÇÃO GERAL

6.1 PERFIL DO INGRESSANTE

De acordo com dados coletados na etapa de diagnóstico dos cursos, a primeira característica a ser ressaltada, que sem dúvida constitui uma identidade diferenciada para a Unespar e que é de suma importância para nossos futuros trabalhos, é a **condição social de nossos estudantes**. A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade.

A condição econômica, social e cultural de nossos estudantes, portanto, precisa ser levada em conta para não incorrerem no risco de construir uma proposta curricular para um estudante ideal, mas de fato inexistente.

6.2 PERFIL DO EGRESSO

O profissional formado em Letras deve ser capaz de compreender a linguagem e seu uso em diferentes situações do cotidiano humano, histórico e contemporâneo. Dotado de competência linguística e capacitado para atuar nos contextos educacionais, bem como nos contextos da pesquisa, esse profissional deve desenvolver a capacidade de abordar as manifestações linguísticas, consciente de sua inserção na sociedade, visando a intervenção nos ambientes educacionais e nos âmbitos de pesquisa em que atuará, objetivando a formação de

peças mais críticas, autoras do próprio discurso e conscientes de seu papel profissional e social.

Os egressos licenciados em Letras Português deverão, juntamente com os conhecimentos condizentes com a realidade do trabalho docente, possuir domínio das competências e habilidades próprias da área, estando, assim, capacitados a:

- Posicionar-se autonomamente face às diversas teorias e metodologias dos estudos linguísticos, literários e educacionais;
- Refletir sobre a linguagem como meio de inserção e integração social, compreendendo a sua atuação docente como parte da construção da cidadania;
- Analisar e criticar textos literários e/ou artísticos associados à literatura, ampliando o seu repertório cultural;
- Produzir textos nas modalidades escrita e oral (literários, técnicos, jornalísticos, dissertações etc.);
- Usar proficientemente a língua portuguesa nos contextos oral e escrito;
- Conhecer as técnicas e estratégias associadas ao ensino contemporâneo de língua e de literatura;
- Posicionar-se criticamente em relação aos vários entendimentos didáticos produzidos acerca do conhecimento linguístico;
- Articular o ensino com atividades de pesquisa e de extensão e o uso de novas tecnologias;
- Assumir os compromissos socioculturais de um professor de língua e literatura, valorizando os seus princípios éticos e humanistas.

Considerando as questões discutidas acima, pretende-se que o profissional atuante na área de Letras possua um perfil de autonomia e criticidade, competência linguística e metodológica, integrando ensino, pesquisa e extensão na sua prática cotidiana.

Para tanto, enfatizam-se quatro aspectos norteadores da constituição do perfil do egresso do curso de Letras com base nos eixos de conhecimento articuladores do componente curricular do curso, visando, portanto:

- 1- Formação Linguística: através de seus aspectos estruturais, pragmáticos, sociais, pedagógicos e estéticos possibilitará ao aluno desenvolver as competências linguística, comunicativa, estratégica e discursiva;
- 2- Formação Literária: que capacitará o aluno a posicionar-se reflexiva e criticamente diante de manifestações artísticas em língua portuguesa;
- 3- Formação Didática: que deverá relacionar teoria e prática, com criatividade, inventividade e criticidade;
- 4- Formação Complementar: através da qual proporcionará ao aluno uma formação humanística baseada em conhecimentos filosóficos, antropológicos e sociológicos, além de cultura de igualdade e solidariedade, da inclusão social e do respeito e estabelecimento pleno das relações étnico-raciais.

7. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. Estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando: (de acordo com a diretriz nacional)		Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência	60
		Língua, Cultura e Sociedade	60
		Legislação e Políticas Educacionais	60
		Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60
		Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP I	120
		Fundamentos Teóricos e metodológicos de LP II	60
		Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP III	60
		Linguística aplicada ao Ensino de LP I e II	180
Subtotal			660
2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)		Leitura e Produção de Textos	60
		Práticas de Leitura e escrita de textos acadêmicos	60
		Língua Latina	120
		Introdução à Literatura	120
		Introdução à Linguística	120
		Morfossintaxe I	120
		Linguística I	120
		Teoria da Literatura	120
	Introdução aos Estudos Clássicos	60	

		Extensão Universitária Morfofossintaxe II Literatura Brasileira I – Poesia Linguística II Literatura Portuguesa Linguística III Literatura Infantil e Juvenil Literatura Brasileira II – narrativa	60 120 120 120 90 120 90 120
Subtotal			1740
3. Disciplinas Optativas de formação específica		Tópicos Especiais em Estudos da Linguagem Tópicos Especiais em Estudos Literários	60
Subtotal			60
4. Disciplinas Optativas de formação geral		Teatro: do palco à escola Literatura e interfaces Fundamentos da gramática de língua portuguesa Estratégias de leitura em língua inglesa Aplicativos para uso em sala de aula Literatura e cinema Ensino de línguas para crianças Perspectivas contemporâneas em estudos curriculares e a formação de professores Espanhol numa perspectiva intercultural A interação em ambientes virtuais e a aprendizagem de línguas Introdução à literatura digital Estratégias de leitura em língua espanhola Educação sexual na escola Construção da autonomia moral: cooperação e educação democrática Estatística aplicada à pesquisa científica Raciocínio lógico Mídias sociais e educação Produção de objetos no scratch	120
Subtotal			120
5. Estágio e TCC		Estágio Supervisionado - Gestão Estágio Supervisionado Ensino Fundamental Estágio Supervisionado Ensino Médio Pesquisa em Letras I (Projeto) Pesquisa em Letras II (TCC)	100 150 150 60 60
Subtotal			520
6. Atividades Acadêmicas Complementares			200

Subtotal		200
TOTAL		3300

8. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária			Forma de Oferta	
			Teórica	Prática	Extensão	Sem (S)	Anual (A)
1º Ano							
	Leitura e Produção de Textos		40	20	-	Semestral	
	Práticas de Leitura e escrita de textos acadêmicos		40	20	-	Semestral	
	Língua Latina		120	-	-	Anual	
	Introdução à Literatura		100	20	-	Anual	
	Introdução à Linguística		100	20	-	Anual	
	Língua, cultura e sociedade (EaD)		40	20	-	Semestral	
	Legislação e Políticas Educacionais (EaD)		60	-		Semestral	
	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência		60	-	-	Anual	
Subtotal			560	100			
2º Ano							
	Morfossintaxe I	-	80	20	20	Anual	
	Linguística I	Introdução à Linguística	100	20	-	Anual	
	Teoria da Literatura	Introdução à Literatura	120	-	-	Anual	
	Literatura Portuguesa (EaD)	-	90	-	-	Anual	
	Introdução aos Estudos Clássicos	-	60	-	-	Anual	
	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP I (EaD)	-	70	50		Anual	

	Disciplina optativa - Formação Geral		60			Anual
	Estágio Supervisionado - Gestão		60	40		Anual
Subtotal			640	130	20	
3º Ano						
	Morfossintaxe II	Morfossintaxe I	80	20	20	Anual
	Literatura Brasileira I – poesia	Teoria Literária	80	20	20	Anual
	Linguística II	Linguística I	120	-		Anual
	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP II	FTM de LP I e Estágio Supervisionad o - Gestão	30	30	-	Anual
	Linguística Aplicada ao Ensino de LP I	-	30	60	-	Anual
	Extensão Universitária (EaD)	-	60	-	-	Anual
	Pesquisa em Letras I	-	60	-	-	Anual
	Disciplina optativa - formação geral	-	60	-	-	Anual
	Estágio Supervisionado - Ensino – Ensino Fundamental	Estágio Supervisionad o - Gestão	60	50	40	Anual
Subtotal			580	180	80	
4º Ano						
	Linguística III	Linguística II	110	10	-	Anual
	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP III	FTM de LP II e Estágio Supervisionad o - Ensino – Ensino Fundamental	30	30	-	Anual
	Linguística Aplicada ao Ensino de LP II	Ling. Apl. Ao Ens. De LP I	40	50	-	Anual
	Literatura Infantil e Juvenil	-	70		20	Anual
	Literatura Brasileira II – narrativa	Literatura Brasileira I – poesia	100		20	Anual
	Pesquisa em Letras II (EaD)	Pesquisa em Letras I	60	-	-	Anual

	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	-	50	10	-	Anual
	Tópicos Especiais em Estudos da Linguagem / Tópicos Especiais em Estudos Literários	-	60	-	-	Anual
	Estágio Supervisionado - Ensino Médio	Estágio Supervisionado - Ensino – Ensino Fundamental	60	50	40	Anual
Subtotal			580	150	80	
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA			2360	560	180	3100
ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR						200
TOTAL GERAL						3300

9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As disciplinas ofertadas no curso de Letras Português da Unespar – Apucarana são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos e os currículos oficiais propostos para a Educação básica e estão divididas em obrigatórias, optativas e eletivas, conforme apresentado nas subseções a seguir.

10. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1º ANO

DISCIPLINA:	Leitura e Produção de Textos		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Práticas de leitura e produção textual fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interativa e no texto como unidade básica significativa da língua. Reconhecimento de estratégias de leitura, de texto e textualidade e dos diferentes gêneros textuais, no universo discursivo. Emprego da coesão e da coerência textuais. Tópicos de Linguística Textual.			
Bibliografia Básica			
BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. <i>Estética da criação verbal</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.			
GERALDI, João Wanderley. <i>Portos de Passagem</i> . 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003			
KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. <i>Desvendando os segredos do texto</i> . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
MARCUSCHI, Luiz Antonio. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i> . 1ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 295 p.			
Bibliografia Complementar			
CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; NASCIMENTO, Elvira Lopes. <i>Gêneros Textuais: Teoria e Prática II</i> . 1. ed. Palmas: Kaygange, 2005. 199 p.			
DIONISIO, Angela Paiva. <i>Generos Textuais e Ensino: Séries estratégias de ensino</i> . 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 246 p.			
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <i>Prática de texto para estudantes universitários</i> . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.			
FÁVERO, Leonor Lopes. <i>Coesão e Coerência textuais</i> . São Paulo: Ática, 2004			
ORLANDI, Eni P. <i>Discurso e leitura</i> . São Paulo: Cortez, 1998.			
SERAFINI, Maria Thereza. <i>Como escrever textos</i> . 5.ed. São Paulo: Globo, 1992			

DISCIPLINA:	Práticas de Leitura e escrita de textos acadêmicos		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Estudo e desenvolvimento da compreensão e produção oral e escrita de textos acadêmicos. Procedimentos de reescrita/reestruturação orientada dos textos produzidos. Adequação do texto às diferentes condições de produção. A comunicação e as competências linguísticas na educação ambiental. Linguagem científica. Análise linguística voltada à produção dos textos.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. <i>Estética da criação verbal</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <i>Prática de texto para estudantes universitários</i>. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. <i>Desvendando os segredos do texto</i>. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antonio. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. 1ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; NASCIMENTO, Elvira Lopes. <i>Gêneros Textuais: Teoria e Prática II</i>. 1. ed. Palmas: Kaygange, 2005. 199 p.</p> <p>DIONISIO, Angela Paiva. <i>Gêneros Textuais e Ensino: Séries estratégias de ensino</i>. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 246 p.</p> <p>FÁVERO, Leonor Lopes. <i>Coesão e Coerência textuais</i>. São Paulo: Ática, 2004</p> <p>GERALDI, João Wanderley. <i>Portos de Passagem</i>. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003</p> <p>ORLANDI, Eni P. <i>Discurso e leitura</i>. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>SERAFINI, Maria Thereza. <i>Como escrever textos</i>. 5.ed. São Paulo: Globo, 1992.</p>			

DISCIPLINA:	Língua Latina		
C/H TOTAL:	120h		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>História externa e interna da língua latina. Latim clássico e latim vulgar. As declinações latinas: casos, desinências, gênero e número. Funções morfossintáticas dos termos da oração. Noções sobre sistema verbal e estrutura da frase latina. Tradução.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>ALMEIDA, Napoleão Mendes de. <i>Gramática latina</i>. São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p>FURLAN, Oswaldo Antônio. <i>Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa</i>. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>REZENDE, Antônio Martinez de. <i>Latina essentia: preparação ao latim</i>. 3.ed., UFMG, 2000.</p>			

Bibliografia Complementar

BUSARELO. *Dicionário básico latino - português*. Florianópolis: UFSC, 2004.
CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. 2.ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.
CARDOSO, Zélia de Almeida.. *Iniciação ao latim*. São Paulo: Ática, 2011
COMBA, Pe. Julio. *Exercitationes latinae*. São Paulo: Dom Bosco, 1962.
NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
PAULO, Ronai. *Gradus primus: curso básico de latim*. São Paulo: Cultrix, 1993.

DISCIPLINA:	Introdução à Literatura		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Literatura e outras formas de expressão artísticas. Texto literário e não-literário. Linguagem e literatura. Categorias tradicionais de gêneros literários e estudo dos novos gêneros ficcionais.

Bibliografia Básica

AGUIAR E SILVA, Vitor Manoel de. *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.
BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 2 ed. São Paulo: Cia. das letras, 2005, p. 48.
D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto 1*. São Paulo: Ática, 1995.
_____. *Teoria do texto 2*. São Paulo: Ática, 1995.
STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais de poética*. Trad. Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

Bibliografia Complementar

GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 9.ed. São Paulo: Ática, 2006.
GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons e ritmos*. 14.ed. São Paulo: Ática, 2006.
HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: M. Fontes, 1998.
MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 17.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2011.
WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia de estudo*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

DISCIPLINA:	Introdução à Linguística		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Concepções de Linguagem. A Linguística como ciência autônoma e sua diferenciação da Gramática Normativa. Panorama histórico dos estudos linguísticos. A linguística saussuriana. Os paradigmas científicos: noções básicas de Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismo. Princípios de Sociolinguística.

Bibliografia Básica

FIORIN, José Luiz (Org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.
 MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
 SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
 CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
 CHOMSKY, Noam. *Linguagem e Mente*. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2009.
 CUNHA, Maria Angélica F.; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2015.
 LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
 ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
 TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DISCIPLINA:	Língua, cultura e sociedade		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30

EMENTA

Diversidade cultural e diversidade linguística. Literatura e a questão da identidade nacional: a cultura brasileira, em seus aspectos sócio-político e artístico. As relações étnico/raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. As instituições sociais e suas relações com a cultura e a educação. Discussões contemporâneas sob a perspectiva da linguagem e da cultura: direitos humanos, diversidade, etnias.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira. Temas e Situações* (org.). São Paulo: Ed. Ática, 1987. 4.ª edição, 2003.
 CHIAPPIINI, I.; BRESCCIANI, S. (Orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez: 2002.
 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.
 ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Bibliografia Complementar

ARENDDT Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 17 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDAUI, Vera Maria Ferrão. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): uma aproximação. In: *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, Agosto, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10852>

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 13.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

LAMPERT, Ernani. *Educação, Cultura e Sociedade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

TRINDADE, A. e SANTOS R. (orgs.). *Multiculturalismo: as mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez, 2003

DISCIPLINA:	Legislação e Políticas Educacionais		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30

EMENTA

Políticas educacionais, legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar. Estudo da organização da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais. Análise da educação na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

Bibliografia Básica

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: política, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Demerval. *Educação Brasileira: Estrutura e Sistema*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M de; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. 4. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Janete M. L. de. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BRASIL. MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. 2ª versão revista. Brasília: MEC, 2016.

LIMA, Antonio Bosco de (Org.). *Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada*. São Paulo: Xamã, 2004.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Org.). *Política e gestão da educação*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre*

educação e política. 35.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

DISCIPLINA:	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Aspectos gerais do processo ensino-aprendizagem. As relações de força no contexto educacional. O processo de aprendizagem. Teorias da aprendizagem. Dificuldades de Aprendizagem.

Bibliografia Básica

CARRARA, Kester. (Org.). *Introdução à Psicologia da Educação: seis Abordagens*. São Paulo: AVERCAMP Editora, 2007.

CHAKUR, Cilene Ribeiro de Sá Leite. *Espaço e papel da psicologia na formação do educador*. São Paulo: Edunesp, 2015.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré da. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Editora Atual, 2013.

WEISZ, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2003.

Bibliografia Complementar

DELVAL, Juan. *A escola possível: democracia, participação e autonomia*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

OLIVEIRA, Vera Barros de; BOSSA, Nádia A. *Avaliação psicopedagógica do adolescente*. 10 ed. Petrópolis, RJ: 2008.

SANTOS, Michele. S. dos; XAVIER, Alessandra, S.; NUNES, Ana Ignez B. *Psicologia do desenvolvimento teorias e temas contemporâneos*. Brasília: Liber Livro, 2009.

SISTO, F.F.; OLIVIEIRA, G.de C. ; FINI, L.D.T. *Leituras de psicologia para formação de professores*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 10 ed. São Paulo: Ícone, 2006.

2º ANO

DISCIPLINA:	Morfossintaxe I		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA:80	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estrutura e princípios de formação de palavras em língua portuguesa. Classes de Palavras. Categorias Gramaticais. Estudo morfossintático do período simples. Atividade extensionista envolvendo os conceitos estudados na disciplina.

Bibliografia Básica

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no Português do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 47. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, Ingedore. G. V.; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Juiz de Fora: Pontes, 2001.

MONTEIRO, José Luiz. *Morfologia portuguesa*. 1.ed. São Paulo: FTD, 1999.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2006.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de Morfossintaxe: Como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 1. ed. Barueri: Manole, 2004

DISCIPLINA:	Linguística I		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Dupla articulação da linguagem. Descrição dos níveis de estruturação interna da língua: morfológico, fonológico e sintático. Operações linguísticas fundamentais. Fonologia e fonética. Vocábulo e frase: noções introdutórias.

Bibliografia Básica

CRISTÓFARO SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vols. 1, 2 e 3. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 29 ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

Bibliografia Complementar

ANTONIO, Juliano Desiderato; BENITES, Sonia Aparecida Lopes (orgs.). *Fonética e Fonologia*. Maringá: Eduem, 2011. (Coleção formação de professores em Letras EAD; v. 14).

GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica. *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.

LOPES, Edward. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2007.

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008

MARTINET, André. *Elementos de Linguística Geral*. 3. Ed. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1971.

ROBERTO, Mikaela. *Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

DISCIPLINA:	Teoria da Literatura		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Fundamentos da teoria da literatura, natureza e função de seu objeto. Campo literário: leitura, análise, crítica, historiografia e teorias literárias. Principais correntes da Teoria da Literatura do século XX e da contemporaneidade.			
Bibliografia Básica			
AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. <i>Teoria Da Literatura</i> . 8.ed. Coimbra: Almedina, 2011.			
BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (org). <i>Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas</i> . 3.ed. Maringá: Eduem, 2014			
COMPAGNON, Antoine. <i>O Demônio da Teoria</i> . 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.			
SOUZA, Roberto Acízelo de. <i>Teoria da literatura</i> . 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.			
Bibliografia Complementar			
DURÃO, Fábio Akcelrud. <i>O que é crítica literária</i> . São Paulo: Nankin, Parábola Editorial, 2016.			
EAGLETON, Terry. <i>Teoria da literatura: uma introdução</i> . 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.			
ECO, Umberto. <i>Sobre a literatura</i> . Rio de Janeiro: Record, 2003.			
ECO, Umberto. <i>Seis passeios pelos bosques da ficção</i> . Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.			
REIS, Carlos. <i>O conhecimento da literatura – introdução aos estudos literários</i> . Coimbra: Almedina, 2001.			
SAMUEL, Rogel. <i>Novo Manual de Teoria literária</i> . 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Clássicos		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Elementos da cultura clássica greco-romana formadores da cultura ocidental, com especial destaque para a literatura e as demais artes. O legado da cultura clássica para as culturas neolatinas.

Bibliografia básica

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. 2.ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.
 CODOÑER, Carmen. *Historia de la literatura latina*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011.
 GOMBRICH, Ernst Hans. *A História da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Bibliografia complementar

COSTA, Aída. *Temas clássicos*. São Paulo: Cultrix, 1979.
 MONTAELLI, Indro. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Record, 1969.
 BURKE, Peter. *O renascimento*. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Língua Portuguesa I		
C/H TOTAL:	120h		
C/H TEÓRICA:60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 60

EMENTA

Estudo reflexivo sobre dimensões históricas, teóricas e metodológicas da prática de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, considerando a organização e estruturação da escola e da disciplina da língua portuguesa. Documentos oficiais e as diretrizes para o Ensino Fundamental II. Abordagens metodológicas. Prática de planejamento. Políticas de inclusão.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
 BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 PARANÁ. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Língua Portuguesa*. Curitiba: SEED/DEB, 2008.
 PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Saberes Pedagógicos e atividade docente*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos. *Linguística da Norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p 141-161. (Coleção Humanística)
 GASPARIN, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. - 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2003. - (Coleção educação contemporânea).
 HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (orgs.). *Saberes em (trans)formação*. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física.
 SELBACH, Simone (supervisão geral). *Língua Portuguesa e didática*. 3ed. Petrópolis, RJ: SUASSUNA, Livia. *Ensino de língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas, SP:

Papirus, 1996. p.1171-183. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) Vozes, 2014.

DISCIPLINA:	Literatura Portuguesa		
C/H TOTAL:	90 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30

EMENTA

Breve panorama da Literatura Portuguesa por meio das importantes formas literárias (poesia, drama, romance). Análise de textos (dos séculos XIV ao XXI) representativos da cultura e da literatura portuguesa.

Bibliografia básica

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. História social da Literatura Portuguesa. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994.

MOISÉS, Massaud. A literatura Portuguesa. 37.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

_____. A Literatura Portuguesa Através dos Textos. 33. ed. rev. ampl. São Paulo: Cultrix, 2012.

SARAIVA, Antonio José. Iniciação à Literatura Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Bibliografia complementar

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. Teoria Da Literatura. Coimbra: Almedina, 1998.

BUESCU, Maria Leonor. Literatura Portuguesa Medieval. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

CAMÕES, Luis de. Lírica: redondilha e soneto. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

CARVALHO, José. As ruínas da poesia portuguesa do século XII (uma antologia breve). Línguas e Literatura. Porto, XX, 1, 2003, p. 31-46.

FRANÇA, José A. O romantismo em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

LIMA, Isabel Pires de. (org.) Antero de Quental e o destino de uma geração. Lisboa: Asa, 1994.

LOURENÇO, Eduardo. Portugal como destino seguido de Mitologia da Saudade. Lisboa: Gradiva, 1999.

MACHADO, Irley. Gil Vicente: o teatro e o ambiente medieval de sua obra. OuvirouVer, n. 2, p.7-31, 2006.

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado - Gestão		
C/H TOTAL:	100h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 40	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Vivência do cotidiano escolar: regras e organização estrutural e didático-pedagógica. O professor e as práticas docentes.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria Izabel de; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.) *Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos*. São Paulo: Cortez, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em formação. Série saberes pedagógicos)

RIOS, Terezinha Azeredo. *Compreender e ensinar – por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas de conteúdo/método no processo pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PICONEZ, Stela Bertholo. (coord.) *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. 24 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALZA, Miguel A. *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

3º ANO

DISCIPLINA:	Morfossintaxe II		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 80	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Gramática estrutural, gerativa e funcional. Confronto com a abordagem normativa. Estudo morfossintático do período composto. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina.			

Bibliografia Básica

CASTILHO, Ataliba T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, Maria Helena de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERINI, Mario. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore G. V. *Linguística aplicada ao português: Sintaxe*. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1981.

CARONE, F. B. *Morfossintaxe*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A Estrutura morfossintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. Imprensa Universitária. Fortaleza.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de Morfossintaxe: Como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 1. ed. Barueri: Manole, 2004.

DISCIPLINA:	Literatura Brasileira I - poesia		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 80	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudos teóricos sobre a Literatura Brasileira. Análise de textos representativos da cultura e da Literatura Brasileira, em verso, das origens ao séc. XXI. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina.

Bibliografia Básica

ASSIS BRASIL, Antônio de. *A nova literatura brasileira: a poesia*. Rio de Janeiro: CEA/INL, 1973.

ÁVILA, Afonso. *O poeta e a consciência crítica*. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1978.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 31.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: MEC/Casa Rui Barbosa, 1958.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor. "Lyric poetry and society." *Critical theory and society*. Editors Stephen Eric Bronner and Douglas Mackay Kellner. New York: Routledge, 1989, 155-171.

CHIAPPINI, Lígia. BRESCIANI, Maria Stella. (org.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

COUTINHO. Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Eduff/José Olympio,

1986, 6 vols.

ELIOT, Thomas Stearns. *A função social da poesia, em De poesia e poetas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FAUSTINO, Mário. *Poesia-experiência*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

JUNQUEIRA, Ivan. *O signo e a sibila*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1993.

DISCIPLINA:	Linguística II		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
As exclusões saussureanas: sujeito, objeto e história. Semântica enunciativa, enunciado e enunciação. Argumentação e linguagem. Tópicos em Análise de Discurso. O texto em diferentes perspectivas: enunciativa, textual, semiótica e discursiva.			
Bibliografia Básica			
BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de Linguística Geral II</i> . 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.			
GUIMARÃES, Eduardo. <i>Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem</i> . Campinas, SP: Pontes, 1995.			
PÊCHEUX, Michel. <i>O discurso: estrutura ou acontecimento</i> [1983]. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.			
Bibliografia Complementar			
BARROS, Diana L. P. <i>Teoria semiótica do texto</i> . São Paulo: Ática, 1990.			
DUCROT, Oswald. <i>O dizer e o dito</i> . Campinas: Pontes, 1987.			
INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L; MITTMAN, Solange (orgs.). <i>O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras</i> . São Carlos: Claraluz, 2009.			
ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). <i>Introdução às Ciências da Linguagem - Discurso e Textualidade</i> . 3. ed. Campinas: Pontes, 2015.			
KOCH, Ingedore G. V. <i>O texto e a construção dos sentidos</i> . 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.			
KOCH, Ingedore G. V. <i>Argumentação e linguagem</i> . 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.			
LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). <i>Glossário de termos do discurso</i> . Porto Alegre, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.			
ORLANDI, Eni P. <i>Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos</i> . 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.			

DISCIPLINA:	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa II		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo reflexivo sobre as dimensões teóricas e metodológicas da prática de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa e da literatura no Ensino Fundamental II, considerando o processo de leitura e produção textual na escola. Contribuição das Tecnologias da Informação para o ensino de língua e literatura portuguesas.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. (Série Aula 1)

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; et all (orgs.) *Leitura e Mediação Pedagógica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

SCHEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros Orais e Escritos na escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, Sp: Mercado de Letras, 2004.

Bibliografia Complementar

FERRAREZI JR., Celso; CARVALHO, Robson Santos de. *Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GARCEZ, Lucilia H. C. do. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: UNB, 1998.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993

MATENCIO, Maria de Lourdes M. *Leitura e produção de textos e a escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

DISCIPLINA:	Linguística Aplicada ao ensino de Língua Portuguesa I		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 60	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Estudo reflexivo sobre as contribuições teórico-metodológicas da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa. Leitura, oralidade, escrita/produção textual escolar e análise linguística. Implicações teórico-práticas do ensino de diferentes tipos de gramática.			

Bibliografia Básica

- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagens*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTI, Marilda C. (orgs.) *Linguística Aplicada: sua faces e interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda. (orgs.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

Bibliografia Complementar

- COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição; ROSA, Douglas Côrrea da. *A pesquisa na educação básica: um olhar para a leitura, a escrita e os gêneros discursivos na sala de aula*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- MENEGASSI, Renilson José. (org.) *Leitura, escrita e gramática no ensino fundamental: das teorias às práticas docentes*. Maringá: Eduem, 2010.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- SILVA, Alexsandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana (orgs.) *Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA:	Extensão universitária		
C/H TOTAL:	60 H		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30

EMENTA

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

Bibliografia básica

- GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de Projetos de Extensão Universitária*. Editora Avercamp, 2008.
- GONÇALVES, Nádia G.; QUIMELLI, Gisele A. de Sá. (orgs.) *Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba, Editora CRV, 2006.
- GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania. *Educação e Extensão Universitária: Pesquisa e Docência*. Editora Juruá, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

Bibliografia complementar

- LIBERALINO, Francisca N. (Org.). *Reforma do Pensamento, Extensão Universitária e Cidadania*. XXVI Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

Regional Nordeste. 2002, Natal. *Anais*. Natal, RN: EDUFRN, 2002. 112P.
 NOGUEIRA, Maria das Dores P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.
 SOUZA, Ana Luísa L. *A história da Extensão Universitária*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

DISCIPLINA:	Pesquisa em Letras I		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Conhecimento científico e a noção de pesquisa. Ética na pesquisa. Investigação científica em Letras. Recorte temático. Construção de questões e objetivos de pesquisa. Material e corpus de pesquisa. Noções de segmentação e recorte. Métodos e técnicas de pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
 MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela H. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
 SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Vera Teixeira; PEREIRA, Vera Wannmacher (Orgs.). *Pesquisa em letras*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.
 BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
 BASTOS, Lilia da Rocha et al. *Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
 LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.
 MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2001.
 ORLANDI, Eni L. P. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984. (Linguística: questões e controvérsias.)

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado - Ensino Fundamental		
C/H TOTAL:	150		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 50	C/H EXTENSÃO: 40	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Vivência de diversas experiências em sala de aula e fora dela no contexto do ensino de língua e literatura para o Ensino Fundamental II, com teorização subsequente, para o desenvolvimento da competência profissional do aluno-professor de língua portuguesa e literatura brasileira.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria Izabel de; PIMENTA, Selma Guarrido (orgs.) *Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos*. São Paulo: Cortez, 2014.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Compreender e ensinar – por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas de conteúdo/método no processo pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2000.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PICONEZ, Stela Bertholo. (coord.) *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. 24 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

ZABALZA, Miguel A. *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos)

ZABALZA, Miguel. A. *Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

4º Ano

DISCIPLINA:	Linguística III		
C/H TOTAL:	120H		
C/H TEÓRICA: 110	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Tópicos de significação: linguagem e exterioridade; referência e sentido; opacidade e transparência. Relações de sentido (sinonímia, antonímia, hiperonímia e hiponímia). Pragmática: atos de fala e performatividade; inferência e implicaturas.

Bibliografia Básica

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Tradução de Eduardo Guimarães. 2.ed. Campinas: RG, 2008.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2005.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2010.

AUROUX, Sylvain. *A Filosofia da Linguagem*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Unicamp, 1998.

AUSTIN, John. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção e tradução de Paulo Alcoforado. 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

GRICE, Herbert Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística: Pragmática - Problemas críticos - Perspectivas da Linguística*, V. 4, Campinas: Global, 1982, p.81-103.

ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 10ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MULLER, Ana Lúcia. *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa III		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo reflexivo sobre as dimensões teóricas e metodológicas da prática de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e da literatura no Ensino Médio, considerando os documentos oficiais. Práticas de planejamento, ensino e avaliação.

Bibliografia Básica

BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (org.) *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GERALDI, João Wanderley. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

_____. *Portos de Passagem*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROJO, Roxane. *Prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. *Transposição Didática: por onde começar?* São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e dos Desportos. Secretaria Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa- Ensino Médio*. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FERNANDES, Claudia de Oliveira (org.). *Avaliação das Aprendizagens: sua relação com o papel social da escola*. São Paulo: Cortez, 2014.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas, SP: Mercado de Letras: associação de Leitura do Brasil, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e Instrumentos*. São Paulo, Editora Vozes, 2014.

DISCIPLINA:	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II		
C/H TOTAL:	90 h		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 50	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo reflexivo sobre as contribuições teórico-metodológicas da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Gêneros discursivos/textuais. Práticas de letramento. Formação reflexiva inicial e continuada de professores.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GERHARDT, Ana Flavia Lopes Magela (org.) *Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada*. São Paulo: Pontes, 2013.

KLEIMAN, Angela. (org.) *Os significados do letramento*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1995.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Irandé. *Gramática Contextualizada: limpando o pó das ideias simples* 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

DIONÍSIO, Angela P.; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *O livro didático de português:*

múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p.46-59.
 MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
 TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º. E 2º o. graus*. São Paulo: Cortez, 1996.
 SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DISCIPLINA:	Literatura Infantil e Juvenil		
C/H TOTAL:	90 h		
C/H TEÓRICA: 70	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Caracterização da literatura infantil: aspectos históricos e temáticos. Literatura infantil e juvenil na escola. Letramento Literário. Critérios e estratégias para a escolha e a abordagem de textos infanto-juvenis. Desenvolvimento da prática de formação do professor de literatura infantil. Contação de histórias. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina.			
Bibliografia Básica			
ABRAMOVICH, Fanny. <i>Literatura Infantil: Gosturas e bobices</i> . São Paulo: Scipione, 2006.			
COELHO, Nelly Novaes. <i>Panorama histórico de literatura infanto-juvenil</i> . 5.ed. São Paulo: Ática, 2010.			
LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. <i>Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias</i> . São Paulo: Ática, 2007. (Série Fundamentos).			
MARTINS, Aracy Alves; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (Orgs.). <i>A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil</i> . 1.ed. Belo Horizonte: autêntica, 2007.			
Bibliografia Complementar			
AGUIAR, Vera (Coord.). <i>Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores</i> . Belo Horizonte: Formato, 2001.			
BETTELHEIM, Bruno. <i>A psicanálise nos contos de fadas</i> . 14º ed. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.			
BORDINI, Maria da Glória. <i>Poesia Infantil</i> . São Paulo: Ática, 1986.			
CADEMARTORI, Lígia. <i>O que é literatura infantil</i> . São Paulo: Brasiliense, 1986.			
COLOMER, Teresa. <i>A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual</i> . São Paulo: Global, 2003.			
COELHO, Nelly Novaes. <i>O conto de fadas</i> . São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1981			

DISCIPLINA:	Literatura Brasileira II - Narrativa		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudos teóricos sobre a Literatura Brasileira. Análise de textos representativos da cultura e da Literatura Brasileira, em prosa, das origens ao séc. XXI. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina.

Bibliografia Básica

MOISÉS, Massaud. A análise literária. 17.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

PROENÇA FILHO, Domício. A linguagem literária. 2.ed. São Paulo: Ática, 2011.

AGUIAR E SILVA, Vitor Manoel de. Teoria e Metodologia Literárias. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

CANDIDO, Antonio. A educação pela noite e outros ensaios. 2 ed, São Paulo: Ática, 1989.

Bibliografia Complementar

D'ONÓFRIO, Salvatore. Teoria do texto. São Paulo: Ática, 2002. V. 1 e 2.

GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. 9.ed. São Paulo: Ática, 2006.

GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons e ritmos. 14.ed. São Paulo: Ática, 2006.

HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: M. Fontes, 1998.

WELLEK, René; WARREN, Austin. Teoria da literatura e metodologia de estudo. São Paulo: M. Fontes, 2003.

DISCIPLINA:	Pesquisa em Letras II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 60

EMENTA

Processo analítico do *corpus*. Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar será definida de acordo com a temática da pesquisa a ser realizada pelo acadêmico e definida, em conjunto, com seu respectivo orientador.

DISCIPLINA:	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Conceitos, cultura e relação histórica da surdez com a língua de sinais. Políticas públicas e legislação. Aspectos linguísticos da Libras: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe espacial. Gramática e noções básicas da Libras. Leitura e escrita dos surdos. Educação bilíngue e educação inclusiva. Recursos didáticos e metodológicos para o ensino na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos. Inclusão do surdo na rede regular de ensino. Papel do intérprete.

Bibliografia Básica

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua Brasileira de Sinais: Estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos (org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos: Processos e Projetos Pedagógicos*. Porto Alegre: Medicação, 2013.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Eulália (org.). *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre: Medicação, 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PIZZIO, Aline Lemos; QUADROS, Ronice Müller de. *Aquisição da língua de sinais*. Florianópolis, SC: UFSC, 2011.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. *Por que o surdo escreve diferente?* Revista Interlinguagens-discutindo as interfaces da língua, literatura e ensino. Nº 02. Volume 02, p. 158-175, 2011. Disponível em: http://www.revistainterlinguagens.com.br/sumario.php?pub_cod=3

DISCIPLINA:	Tópicos Especiais em Estudos da linguagem / Tópicos Especiais em Estudos literários (Disciplina Optativa de formação específica)		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA**Tópicos Especiais em Estudos da linguagem**

A disciplina visa oferecer conhecimentos teóricos e metodológicos introdutórios de áreas e aspectos variados da Linguística contemporânea, de acordo com a demanda dos alunos e a disponibilidade de professor.

Tópicos Especiais em Estudos literários

A disciplina tem por objetivo discutir aspectos variados na área dos estudos literários, de acordo com a demanda dos alunos e a disponibilidade de professor.

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado - Ensino Médio
C/H TOTAL:	150

C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 50	C/H EXTENSÃO: 40	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA Vivência de diversas experiências em sala de aula e fora dela no contexto do ensino de língua e literatura para o Ensino Médio, com teorização subsequente, para o desenvolvimento da competência profissional do aluno-professor de língua portuguesa e literatura brasileira.</p> <p>Bibliografia Básica PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. <i>Estágio e Docência</i>. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em formação. Série saberes pedagógicos) RIOS, Terezinha Azeredo. <i>Compreender e ensinar – por uma docência da melhor qualidade</i>. São Paulo: Cortez, 2002. SAVIANI, Nereide. <i>Saber escolar, currículo e didática: problemas de conteúdo/método no processo pedagógico</i>. São Paulo: Cortez, 2000. TARDIF, Maurice. <i>Saberes docentes e formação profissional</i>. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar PIMENTA, Selma Garrido. <i>O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática</i>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. PICONEZ, Stela Bertholo. (coord.) <i>A prática de ensino e o estágio supervisionado</i>. 24 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <i>Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico</i>. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. ZABALZA, Miguel A. <i>O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária</i>. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos) ZABALZA, Miguel. A. <i>Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			

10.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Além das disciplinas obrigatórias, os estudantes de Letras Português devem cumprir ao menos 2 disciplinas de 60 horas na modalidade optativa, que segundo a orientação da Pro-reitoria de Graduação da Unespar⁴[1]:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em

⁴ MEMORANDO Nº 036/2017-PROGRAD

um rol previamente definido no PPC do próprio curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo.

Atendendo a estes parâmetros, as disciplinas optativas do Curso de Letras Português serão ofertadas em articulação com os cursos de formação de professores da Unespar – *Campus Apucarana*, sendo que o estudante deverá optar por 2 disciplinas dentro da lista de 18 ementas apresentadas a seguir. Estas disciplinas serão ofertadas em regime presencial e compartilhadas por estudantes dos cursos de Letras Português, Letras Espanhol, Letras Inglês, Matemática e Pedagogia, atendendo a critérios de distribuição de vagas a ser elaborado pelos colegiados de curso que visem à interação entre os alunos destas disciplinas.

Optativas ofertadas pelo curso Letras Português

DISCIPLINA:	Fundamentos da Gramática de Língua Portuguesa		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Estrutura e funcionamento morfológico e sintático da língua portuguesa. Classes de palavras: identificação e mecanismos de flexão. Análise sintática: período simples e período composto. Pontuação, regência, concordância e colocação pronominal.			
Bibliografia Básica			
BACCEGA, Maria Aparecida. <i>Concordância verbal</i> . 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.			
BECHARA, Evanildo. <i>Gramática escolar da língua portuguesa</i> . São Paulo: Nova Fronteira, 2010.			
BECHARA, Evanildo. <i>Moderna Gramática Portuguesa</i> . 38 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.			
CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. <i>Estrutura da língua portuguesa</i> . 9a ed. Vozes. Petrópolis.			

DISCIPLINA:	Literatura e Interfaces
C/H TOTAL:	60 h

C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Narrativa verbal e narrativa visual: aproximações; o diálogo interartes; as escrituras do visual e o imaginário de outras artes no romance; tecnologias da imagem e da informação e transformações na cultura contemporânea.			
Bibliografia Básica			
CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. <i>O cinema e a invenção da vida moderna</i> . São Paulo: Cosac & Naify, 2003.			
FOUCAULT, Michel. <i>Estética: Literatura e pintura, música e cinema</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2001.			
NASCIMENTO, Evando. <i>Ângulos. Literatura e outras artes</i> . Juiz de Fora: Editora UFJF/Argos, 2002.			
VIEIRA, André Soares. <i>Escrituras do visual: o cinema no romance</i> . Santa Maria: Editora UFSM, 2007			

DISCIPLINA:	Teatro: do palco à sala de aula		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Ampliação de conceitos e perspectivas sobre os elementos constitutivos do teatro, levando em consideração o texto, a cena e o jogo teatral. Origem do teatro ocidental: tragédia. Panorama do teatro brasileiro. Teatro infantil e juvenil. Jogos teatrais na escola, de acordo com a teoria metodologia proposta por Viola Spolin.			
Bibliografia Básica			
BOAL, Augusto. <i>200 exercícios e jogos para o ator e não-ator com vontade de fazer algo através do teatro</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Teatro Hoje).			
GUINSBURG, J. <i>Da cena em cena</i> . São Paulo: Perspectiva, 2001. (Estudos).			
PEIXOTO, Fernando (Org.). <i>Reflexões sobre o teatro brasileiro no século XX – Yan Michalski</i> . Rio de Janeiro: Funarte, 2004.			
MAGALDI, Sábado. <i>Iniciação ao teatro</i> . São Paulo: Ática, 1986.			
ROUBINE, Jean-Jacques. <i>A linguagem da encenação teatral</i> . Rio de Janeiro: J Zahar, 1998			

Optativas ofertadas pelo Curso Letras Espanhol

DISCIPLINA:	Espanhol em uma Perspectiva Intercultural		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Espanhol como língua multicultural. Compreensão de textos orais, escritos e multimodais de diferentes origens culturais. Desenvolvimento da competência Intercultural.			
Bibliografia Básica			

BYRAM, M.; FLEMING, M. *Perspectivas interculturales en el aprendizaje de idiomas. Enfoques a través del teatro y la etnografía*. Madrid : Cambridge University Press, 2001

FERREIRA, C.C.. (Inter) culturalidade em prol da competência comunicativa na aula de línguas estrangeiras ou línguas adicionais. In: FERREIRA, C. C. et al (Orgs.). *Tessituras*. Londrina: Uel, 2012. p. 49-78.

GARCÍA, P.G. *La cultura, ¿universo compartido? La didáctica intercultural en la enseñanza de idiomas*. RedELE: Revista Electrónica de Didáctica ELE., 2004.

DISCIPLINA:	A interação em ambientes virtuais e a aprendizagem de línguas		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Ambientes formais e informais de aprendizagem de línguas. Multiletramentos e aprendizagem de línguas A interação com falantes naturais por meio de aplicativos.			
Bibliografia Básica			
BAPTISTA, L.M.T.R. (org.). <i>Autores e produtores de textos na contemporaneidade: Multiletramentos, letramento crítico e ensino de línguas</i> . Campinas, SP: Pontes, 2016.			
CASSANY, D. <i>En línea: leer y escribir en la red</i> . Barcelona: Editorial Anagrama, 2012.			
GARCIA, M.S.S.; MACHADO, D. P. Protagonismo na aprendizagem de línguas pelo uso de aplicativos. In: Revista Científica em Educação à distância. EAD em foco, v. 7, 2017, p.114-123.			
ESCRIBANO ORTEGRA, M.; GONZÁLES CASARES, C. <i>Tándem online en el aprendizaje autónomo de lenguas extranjeras</i> . Actas del XXIV Congreso de ASELE, 2013.			
LEFFA, V. J. Interação, mediação e agência na aprendizagem de línguas. In: BARCELOS, A.M.F. (Org.). <i>Linguística Aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira</i> . Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 275-295			

DISCIPLINA:	Introdução à Literatura Digital		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
História da Literatura Digital: momentos relevantes. Teoria do Texto Digital: tipologias, eletrônico v/s impresso, concepções de produção, leitura e difusão do Texto Digital. Análise de obras particulares a serem determinadas pelo ministrante da disciplina.			
Bibliografia Básica			
HAYLES, Katherine. <i>Literatura eletrônica: novos horizontes para o literário</i> . Trad. Luciana Lhullier e Ricardo Moura Buchweitz. São Paulo: Global, 2009.			
SANTOS, Alckmar Luiz dos. <i>Leituras de nós: ciberespaço e literatura</i> . São Paulo: Itau Cultural, 2003.			
RAMOS, Maria Luiza. <i>Fenomenologia da Obra Literária</i> . 4 ed., Belo Horizonte: UFMG, 2011.			

ELO. *Electronic Literature Collection*. 3v. Disponível em: <http://collection.eliterature.org>. Acesso em: 6/6/2018.
 CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

DISCIPLINA:	Estratégias de leitura em Língua Espanhola		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Compreensão leitora de textos em Espanhol. Estratégias de leitura. Estudos de gêneros textuais presentes nos diversos campos de atividade humana. Análise de textos e de questões de provas de proficiência em Língua Espanhola.			
Bibliografia Básica			
HEVOT, B.; NORTE, M.B. <i>O processo de leitura em língua estrangeira</i> . Nuances, v.8, 1997			
JOUNI, K. <i>Estrategias inferenciales en la comprensión lectora</i> . Glosas Didácticas: Revista Eletrónica Internacional, n. 13, 2005.			
SÁNCHEZ CHÉVEZ, L. E. (2013), <i>La comprensión lectora: hacia una aproximación sociocultural</i> . Diá-logos 12, 7-16.			

DISCIPLINA:	Espanhol para Negócios		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Unidade e diversidade da língua espanhola voltada para o âmbito específico dos negócios. Desenvolvimento das habilidades de recepção e produção da língua espanhola: oral e escrita.			
Bibliografia Básica			
LARRAÑAGA DOMÍNGUEZ, Ainhoa. <i>El léxico de los negocios</i> . Madrid: SGEL, 2005.			
PROST, Gisèle. <i>Al dí@. Curso superior de español para los negocios</i> . Madrid: SGEL, 2003.			
BLANCO CANALES, Ana y M ^a Sol Villarrubia Zúñiga. <i>Negocios. Manual de español profesional</i> . Alcalá de 4. Henares: Universidad de Alcalá, 2005.			
CORONADO GONZÁLEZ, María Luisa. <i>A fondo</i> . Madrid: SGEL, 2003.			
BRENES GARCÍA, Ana M ^a . <i>Exposiciones de negocios en español</i> . Madrid: Arco Libros, 2002			

Optativas ofertadas pelo curso Letras Inglês

DISCIPLINA:	Estratégias de leitura em língua inglesa		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Desenvolvimento da língua inglesa, com ênfase em estratégias de leitura e uso de Inglês para fins específicos. Leitura e análise de gêneros escritos de diferentes esferas de atividade. Linguagem de média complexidade voltada à compreensão escrita.

Bibliografia Básica

KLEIMAN, A. B. *Oficina de leitura: teoria e prática*. São Paulo: Pontes/Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

LAPKOSKI, G. A. O. *Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em Língua Inglesa*. Editora Intersaberes, 2012.

SOUZA, A. G. F. et. al. *Leitura em língua inglesa. Uma abordagem instrumental*. 2ª ed. Disal Editora, 2010

DISCIPLINA:	Literatura e Cinema		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudos das relações entre literatura e cinema. Abordagem crítica da relação entre obra literária e discursos audiovisuais. Foco nas discussões sobre aspectos de representação e de construção de narrativas, em códigos e subcódigos específicos. Estudo comparativo entre linguagens e formas de circulação e produção artística entre diversos meios. Reflexões a respeito dos processos intermediais.

Bibliografia Básica

CAMPOS, H. *Metalinguagem & Outras Metas: Ensaios de Teoria e Crítica Literária*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CORSEUIL, Anelise. Literatura e cinema. In: Thomas Bonnici & Lúcia Osana Zolin . (Orgs.) *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EDUEM, 2003.

CORSI, Margarida da Silveira. Romance e cinema: aliados na (re) construção da identidade nacional. *Revista JIOP*. Número 1. Departamento de Letras. 2010. p. 69-91.

RAJEWSKY, I. Intermediality, Intertextuality, and Remediation: A Literary Perspective on Intermediality. In: *Intermedialités*. No 6, Remédier. Montreal: Spring 2016.

DISCIPLINA:	Ensino de Línguas para Crianças		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo das características inerentes ao período da infância e sua relação com a aprendizagem de línguas para a formação inicial do professor. Metodologias e abordagens para o ensino de línguas (materna e/ou estrangeiras) nessa faixa etária.

Bibliografia Básica

ASSIS-PETERSON, A. A.; GONÇALVES, M. O. C. Qual é a melhor idade para aprender Línguas? Mitos e Fatos. *Contexturas- Ensino Crítico de Língua Inglesa*, v. 5, pp. 11-27, 2000/2001.

ROCHA, Cláudia Hilsdorf. O ensino de línguas para crianças no contexto educacional brasileiro: breves reflexões e possíveis provisões. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, n. 2, pp. 273-319, 2007. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000200005>>.

TONELLI, J. R. A.; RAMOS, S. G. M. *O ensino de LE para crianças: reflexões e contribuições*. Londrina: Moriá, 2007.

TONELLI, J. R. A.; PÁDUA, L. S.; OLIVEIRA, T. R. R. *Ensino e formação de professores de línguas estrangeiras para crianças no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2017

DISCIPLINA:	Perspectivas Contemporâneas em Estudos Curriculares e a Formação de Professores		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Conceituação de currículo. Perspectivas teóricas em estudos curriculares. Aspectos pós-críticos em estudos curriculares. Estudos curriculares e a formação de professores.			
Bibliografia Básica			
ARROYO, M. G. <i>Currículo, território em disputa</i> . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
LOPES, A. C.; MACEDO, E (orgs.). <i>Teorias de currículo</i> . São Paulo: Cortez, 2012.			
MOREIRA, A. F. B. <i>Currículo na contemporaneidade</i> . São Paulo: Cortez, 2012.			
_____; SILVA, T. T. (orgs.) <i>Currículo, cultura e sociedade</i> . 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
PINAR, W. F. Estudos curriculares: ensaios selecionados. Lopes, A. C.; Macedo, E. (orgs.). São Paulo: Cortez, 2016.			
SACRISTÁN, J. G. (org.) <i>Saberes e incertezas sobre o currículo</i> . Porto Alegre: Penso, 2013.			
SILVA, T. T. <i>Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo</i> . 7 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007			

DISCIPLINA:	Aplicativos Para Uso em Sala de Aula		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Conceitos e teorias sobre uso de tecnologias para fins didáticos. Conhecimento e utilização de aplicativos para uso em sala de aula. Práticas de construção de atividades nos aplicativos.			
Bibliografia Básica			
ARAÚJO, J.; LEFFA, V.; <i>Redes sociais e ensino de línguas. O que temos de aprender?</i> São			

Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ROJO, R.; MOURA, E.; *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ZANCHETTA JUNIOR, J. *Como usar a internet em sala de aula*. Editora Contexto, 2014

Optativas ofertadas pelo curso Pedagogia

DISCIPLINA:	Educação sexual na escola		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Sexualidade e Educação Sexual no contexto da educação brasileira. Desenvolvimento e manifestações da sexualidade da criança. Educação Sexual na educação básica. Seleção de materiais didáticos.			
Bibliografia Básica FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. <i>Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível</i> . 2 ed. Londrina, PR: Eduel, 2014. FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. <i>Educação Sexual no dia a dia</i> . Londrina, PR: Eduel, 2013. NUNES, Cesar. e SILVA, Edna. <i>A Educação Sexual da criança</i> . 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.			

DISCIPLINA:	Construção da Autonomia Moral: Cooperação e Educação Democrática		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Desenvolvimento da autonomia moral e implicações para uma educação pautada em princípios democráticos, sob a perspectiva construtivista. Estudo de pesquisas sobre violência, conflitos, indisciplina e bullying no ambiente escolar. Construção de estratégias de negociação nas situações de conflitos interpessoais			
Bibliografia Básica DELVAL, Juan. <i>A escola possível: democracia, participação e autonomia</i> . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. PIAGET, J. <i>O Juízo Moral na criança</i> . Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994. KOHLBERG, L. <i>Psicología del desarrollo moral</i> . Bilbao Spain: Desclée de Brouwer, 1992.			

DISCIPLINA:	Processos de Avaliação e seus Instrumentos		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo da avaliação do processo de aprendizagem como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento pedagógico. Análise e elaboração dos diferentes instrumentos de avaliação da aprendizagem

Bibliografia Básica

ANTUNES, Celso. *A avaliação da aprendizagem escolar*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOFFMAN, Jussara. *Avaliação Mediadora*. Mediação Editora. 2014.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DISCIPLINA:	Universidade e Sociedade		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Conceitos de Sociedade, Conhecimento e Educação. As instituições sociais. História da Universidade. A Universidade no Brasil. Intelectuais da Educação e a Universidade. Relação entre universidade e desenvolvimento social. Ensino, pesquisa, extensão e cultura e o compromisso social das universidades. As políticas públicas para a educação superior.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CUNHA, Luiz Antônio. <i>A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas</i>. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UNESP, 2007.</p>			
<p>FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. <i>Universidade e poder</i>. 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000.</p>			
<p>TEIXEIRA, Anísio. <i>A universidade de ontem e de hoje</i>. Organização e introdução: Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.</p>			

DISCIPLINA:	Intelectuais da Educação e Pensamento Social Brasileiro		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Introdução ao pensamento social brasileiro. Conceito de intelectual. Intelectuais da Educação. Intelectuais brasileiros e sua atuação no cenário educacional do Brasil.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. <i>Usos e abusos da história oral</i>. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p>			
<p>GRAMSCI, A. <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.</p>			
<p>SAID, Edward. <i>Representações do intelectual</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.</p>			

Optativas ofertadas pelo curso Matemática

DISCIPLINA:	Estatística Aplicada à Pesquisa Científica		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Amostragem e Coleta de dados. Utilização do Excel para resumo e filtragem de dados de pesquisa. Gráficos e tabelas. Dados discretos e dados contínuos. Medidas centralizadoras e de dispersão. Inferências a partir de dados de pesquisa.			
Bibliografia Básica			
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. <i>Estatística Básica</i> . 5. ed. São Paulo: Atual, 2002			
MEYER, P. L.; <i>Probabilidade, aplicações à estatística</i> . 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.			
SPIEGEL, M. R. 1. <i>Estatística</i> . 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1993.			
FONSECA, J. S. ; MARTINS, G. A. <i>Curso de Estatística</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
LAPPONI, J. C. <i>Estatística usando o Excel</i> . 7. ed. São Paulo: Laponi Treinamento e Editora, 2005.			

DISCIPLINA:	Raciocínio Lógico		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Proposições e conectivos. Operações lógicas. Equivalência Lógica e Implicação Lógica. Álgebra, sentenças e quantificadores. Resolução de problemas envolvendo Raciocínio Lógico. Análise de enunciados			
Bibliografia Básica			
ALENCAR FILHO, E. <i>Iniciação à lógica matemática</i> . São Paulo: Nobel. 1995.			
MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da Cunha. <i>Lógica e Linguagem Cotidiana</i> . 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.			
SÉRATES, Jonofon. <i>Raciocínio Lógico</i> . São Paulo. Vol. 1 e 2. 2000.			

DISCIPLINA:	Mídias Sociais e Educação		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
O que são mídias sociais. Construção e administração de Grupos em softwares sociais. Produção de Blogs. Produção de vídeo-aulas para Youtube. Produção e gerenciamento de uma disciplina via Moodle.			
Bibliografia Básica			
BARRABÁSI, A.-L. <i>Linked: A nova ciência dos networks</i> . Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.			
FILATRO, A. <i>Design instrucional na prática</i> . São Paulo: Pearson, 2008.			

ZANCHETTA JUNIOR, J. *Como usar a internet em sala de aula*. Editora Contexto, 2014.

DISCIPLINA:	Produção de Objetos no Scratch		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Introdução ao Scratch, objetos, variáveis, funções. Produção de animações. Produção de objetos interativos.			
Bibliografia Básica FILATRO, A. <i>Design instrucional na prática</i> . São Paulo: Pearson, 2008. SALEN, Katie; Zimmernan, Eric. <i>Regras do Jogo</i> . Vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Blucher, 2012. MARJI, Majed. <i>Aprenda a programar com Scratch: uma introdução visual à programação com jogos, arte, ciência e matemática</i> . São Paulo: Novatec, 2014.			

10.2 DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES

As disciplinas extracurriculares são um elemento de enriquecimento e diversificação da formação dos estudantes e estão inseridas no contexto deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como umas Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) e ainda como uma opção individual dos alunos na busca de outros conhecimentos e experiência no decorrer de sua trajetória acadêmica. Segundo a orientação da Pró-Reitoria de Graduação da Unespar, as disciplinas extracurriculares estão:

Além das disciplinas obrigatórias que compõem o currículo mínimo do curso (distribuídas em obrigatórias, optativas e eletivas), o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas.

A escolha das disciplinas extracurriculares ficará ao desígnio do estudante, desde que elas estejam no rol daquelas ofertadas a partir de normativas e regulamentos estabelecidos pela Unespar.

10.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular (APCC) permeará todo o currículo do curso de em Letras-Português, sendo 400 horas distribuídas entre as disciplinas ofertadas em todas as séries de maneira a complementar a formação do professor ao aliar teoria e prática em sala de aula.

Ao aliar teoria e prática em sala de aula, serão desenvolvidas atividades que facilitem a compreensão do contexto escolar e sua diversidade no trato com o conhecimento e sua assimilação e sendo assim as PCCs têm como finalidade:

- Proporcionar crescimento profissional aos alunos tornando-os habilitados para o exercício da profissão partícipes do grupo profissional e conscientes de suas responsabilidades profissionais;
- Motivar a construção de valores éticos como base para o caminho da cidadania;
- Tornar o aluno um elo entre a IES e as instituições de ensino escolar de modo a possibilitar um fluxo de constante revisão entre a formação acadêmica e a formação profissional;
- Possibilitar ao futuro docente a reflexão, seleção e priorização de situações-problema reais sob orientação segura e cuidadosa para aprofundamento teórico da prática educativa numa tentativa de melhoria qualitativa dessa prática;
- Possibilitar a vivência real e objetiva da futura profissão junto às instituições de ensino em diversos contextos e situações: pública, privada, de centro e de periferias;
- Propiciar aos alunos a participação em projetos interdisciplinares ampliando a compreensão e o conhecimento da realidade profissional de ensinar;
- Fornecer sólida fundamentação teórica que possibilite ao aluno analisar criticamente a prática pedagógica das instituições escolares e posteriormente ter elementos teórico/práticos para analisar a sua própria prática pedagógica;

- Possibilitar aos alunos a reflexão teórica sobre a prática para a consolidação da formação;
- Visualizar o pluralismo das diversas instituições sem restrições radicais ou de “modismos”, mas com a percepção da riqueza do conjunto das instituições;
- Desenvolver o senso analítico-crítico como base para o exercício do questionamento e da criatividade.

10.4 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES – AAC

Em conformidade com o art. 52 do Regimento da Unespar, as AAC são um conjunto de atividades didático-pedagógicas que complementam a **formação social e profissional** do(a) estudante. Essas atividades correspondem a um componente curricular obrigatório.

O cumprimento das AAC ao longo do curso de Letras Português obedece a critérios próprios, normatizados por regulamento que segue em anexo a este projeto pedagógico. O regulamento basicamente especifica as atividades consideradas pertinentes conforme proposição e aprovação para que elas sejam incorporadas nos históricos escolares dos (as) estudantes.

De modo geral, as Atividades Acadêmicas Complementares correspondem à participação do licenciando em monitoria acadêmica, projetos de ensino, projetos de pesquisa, programas de extensão, projetos de extensão, disciplinas especiais, cursos de extensão, eventos, estágios não obrigatórios, disciplinas eletivas, atividades artísticas.

As **disciplinas eletivas**, conforme especificação no regimento da universidade (art. 52), constituem uma das opções para cumprimento de AAC. São de livre escolha do estudante e poderão ser cumpridas mediante inscrição do aluno em disciplinas regulares de cursos e habilitações diversas ao de Licenciatura em Letras Português, dentre um rol previamente definido pelos Colegiados de Curso ofertantes. **Disciplinas eletivas não constam no rol de disciplinas curriculares deste Projeto Pedagógico e sua realização é de responsabilidade dos respectivos Colegiados ofertantes.**

10.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é um componente curricular que contempla um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem sócio-cultural e profissional desenvolvidas e aplicadas por professores em formação em duas instâncias: na instituição de ensino de formação superior na qual o estagiário está matriculado e na instituição/organização em que o acadêmico realizará o estágio. Entre as principais finalidades do estágio estão: a) oportunidade de correlacionar teoria e prática; b) preparação crítica do futuro profissional para a atuação no mercado de trabalho.

O estágio e as experiências práticas permitem ao professor em formação inicial didatizar conteúdos acadêmico-científicos, transpondo a teoria para a prática, em contextos reais de ensino e aprendizagem da língua materna. A reflexão dos conhecimentos científicos e práticos ocorre, principalmente, por meio das seguintes atividades do estágio: observações, caracterizações, elaboração de planos, projetos, relatórios, diários e vivências pedagógicas.

O Estágio Curricular Obrigatório consta na Lei 11.788/2008. Outras regulamentações a respeito das políticas de estágio no país podem ser encontradas nos documentos:

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996) - Art. 82;
- b) Lei nº 6.494 (07 de dezembro de 1977) organiza e estabelece critérios para os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do Ensino Médio e Supletivo;
- c) Lei nº 8.859 (23 de março de 1994) altera dispositivos da Lei nº 6.494, ampliando o direito à participação nas práticas de estágio aos alunos de ensino especial.

No 2º ano do curso, temas relativos à organização escolar e às políticas públicas que engendram a escola e seu universo macro-social embasam as discussões para a imersão do licenciando no setor de gestão do campo de estágio.

Especificamente no 3º ano do curso, os professores em formação entram em contato com as séries finais do Ensino Fundamental (6º a 9º ano). Esse é o primeiro contato com a sala de aula e o acompanhamento das atividades permite observar se o licenciando assimilou os conhecimentos necessários à sua prática docente e avaliar se os procedimentos são condizentes com a docência nessa faixa etária.

No 4º ano do curso, os acadêmicos acompanham e vivenciam experiências didático-pedagógicas nas três séries do Ensino Médio (1º a 3º ano). É o segundo contato com a sala de aula em outro nível da educação básica, em que se espera do futuro professor maior

crescimento teórico-metodológico e uma postura mais analítica quanto: ao ensino da língua materna; às concepções de língua, gramática e ensino; às diretrizes político-educacionais; ao universo escolar; e à própria prática docente. Espera-se, por conseguinte, a atuação reflexiva do licenciando nas atividades do estágio.

É por meio do acompanhamento rigoroso dessa disciplina que se constroem espaços de aprendizagem significativa, à medida que as experiências são discutidas e teorizadas.

10.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme regulamento, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório do Curso de Letras Português e deve ser desenvolvido no 3º ano do curso (no formato de projeto de pesquisa) e no 4º ano do curso (no formato de artigo científico ou monografia). Ao longo deste processo, tanto no 3º quanto no 4º ano e com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso, o licenciando terá direito à orientação por parte de um docente orientador. De forma geral, o TCC visa propiciar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo como principais objetivos:

1. Desenvolver a habilidade de produzir um trabalho científico (desenvolver pesquisa), à luz da prática vivenciada nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado e/ou dos conceitos adquiridos nos demais componentes curriculares oferecidos pelo curso;
2. Iniciar o discente na prática do desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
3. Formar a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, a fim de que possa alcançar efetiva autonomia intelectual.

Além do processo de produção escrita, seja do projeto de pesquisa ou do artigo científico (ou monografia), outro instrumento de avaliação é a apresentação oral, com arguição, junto a uma banca avaliadora, em evento de pesquisa realizado pela Coordenação de Trabalho de Conclusão do Curso de Letras Português, intitulado de Seminário de Pesquisa em Letras.

11. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Ana Paula Ferreira de Mendonça	Letras – UEL – 2005	Doutorado em Estudos da Linguagem – UEL – 2013 Mestrado em Estudos da Linguagem – UEL – 2008	20h	40h – TIDE Adjunto B

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Ana Paula Peron	Letras – UEM – 2002	Doutorado em Linguística – Unicamp – 2016 Mestrado em Letras – UEM – 2007	40h – TIDE Adjunto B
Neluana Leuz de Oliveira Ferragini	Letras – UEL – 2004	Doutorado Estudos da Linguagem – UEL – 2015 Mestrado em Língua Portuguesa – UEL – 2011	40h – TIDE Adjunto B
Rosimeiri Darc Cardoso	Letras – UEM – 2000	Pós-Doutorado – UNESP/Marília – 2011 Doutorado em Letras – UNESP/Assis – 2007 Mestrado em Linguística Aplicada – UEM – 2002	40h – TIDE Adjunto C

PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Anderson Braga do Carmo	Letras – UEL – 2010	Mestrado em Estudos da Linguagem – UEL – 2013	CRES 40h
Carla Kühlewein	Letras – UEL – 1998	Mestrado – Unesp/Assis – 2004	CRES 40h
Eduardo Alberto da Silva	Pedagogia – Faculdade Pitágoras – 2011 Psicologia – UNIFIL – 2000	Doutorado – PUC/SP – 2018 Mestrado – Universidade Metodista de São Paulo – 2013	CRES 40h
Fabíola Grasielle Zappiolo	Letras – Fafijan – 2001 Pedagogia – Unicentro – 2014 Letras Libras – Eficaz – 2018	Especialização: Libras: Educação Bilíngue para surdos – Instituto Paranaense 2009	CRES 40h
Liliane Pereira	Letras – UEL – 2005	Mestrado em Estudos da Linguagem – UEL – 2012 Especialização em Língua estrangeira – UEL – 2008 Especialização em Língua portuguesa (UEL -2007)	CRES 20h
Patrícia Josiane Tavares da Cunha Fuza	Letras - UEM – 1999	Doutorado em Letras – UEL – 2014 Mestrado em Letras – UEM – 2007	CRES 40h
Patrícia Ormastroni Iagallo	Letras - UNESP - 2007	Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP/Araraquara – 2015 Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP/Araraquara – 2010	CRES 40h

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Especialistas: 1

Mestres: 3

Doutores: 7

11.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é regido pela Resolução N° 01 de 17 de junho de 2010, que normatiza a função e atribuições deste núcleo. O NDE é responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso e tem como atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área do conhecimento;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação (CONAES, 2010b)

Conforme Portaria 018/2016, o NDE do curso de Letras *campus* de Apucarana, é composto pelos seguintes docentes:

- Ana Paula Ferreira de Mendonça – Coordenadora do Curso e Presidente do NDE
- Ana Paula Peron
- Nelvana Leuz de Oliveira Ferragini
- Rosimeiri Darc Cardoso
- Patrícia Josiane Tavares da Cunha

12. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O *campus* da Unespar em Apucarana está localizado em um terreno de 42.767,29 m², sendo 9.497,97 m² construídos, abrigando salas de aula, instalações sanitárias, laboratórios de língua, de informática, de matemática e de práticas pedagógicas, brinquedoteca, salas de estudo e de convivência para professores, auditórios, quadra poliesportiva, biblioteca,

Empresa Júnior, restaurante universitário, sala para coordenação de cursos, diretório acadêmico, salas destinadas aos centros de pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas e área administrativa.

As instalações do *campus* contam ainda com dois auditórios, denominados Gralha Azul, com capacidade para 480 pessoas e José Berton, com capacidade para 120 pessoas. Foi inaugurada, em abril de 2018, a sala de conferências Héliud Budian, antiga sala de reuniões que foi equipada com instrumentos videoconferência para possibilitar melhor interação entre os *campi* da Unespar e ampliar as possibilidades de intercâmbio com outras instituições de ensino.

Merece destaque a biblioteca, que possui um acervo entre 30 a 35 mil obras e está situada em local central do *campus* universitário, com fácil acesso para os usuários.

No que concerne às áreas de lazer e convivência, o *campus* de Apucarana dispõe de quadra poliesportiva e áreas diversas, onde os alunos podem compartilhar experiências, tais como o Diretório Acadêmico Estudantil e o refeitório. Há, também, um refeitório e sala com sofás e mesas para os docentes. Além disso, a biblioteca possui salas de estudo em grupos e sala de computadores disponibilizados aos alunos, assim como estações de estudo individuais.

Os equipamentos de atividades pedagógicas e administrativas estão assim distribuídos: sala com computadores para uso dos docentes, computadores e impressoras para técnicos administrativos e professores em funções administrativas. Além disso, há salas de permanência destinadas a todos os colegiados de curso, equipadas com computadores, mesas e cadeiras para recepcionar e orientar alunos. Os coordenadores de curso fazem uso da sala dos coordenadores, que possui estações de trabalho com computadores.

A divisão de graduação, a divisão de pesquisa, divisão de extensão e o controle acadêmico possuem espaços próprios, onde se encontram, também, todo material de informática e armários para arquivamento de pautas, projetos e documentos necessários para o funcionamento da universidade. O *campus* ainda conta com cozinha-piloto, espaço para fotocópias, cantina, guarita, banheiros em todos os blocos de salas de aulas e estacionamento para funcionários e estudantes.

Estão disponíveis à comunidade universitária quatro laboratórios de informática com cerca de 120 computadores, com acesso à internet. O curso de Letras Inglês conta com laboratório de práticas pedagógicas, compartilhado com os outros dois cursos de Letras do *campus* (Português e Espanhol). Nesse local, é possível encontrar material didático para as

três licenciaturas, materiais elaborados pelos alunos em projetos e estágios, mesas, cadeiras e dois computadores. Outro espaço que pode ser utilizado pelos cursos de Letras são os laboratórios de línguas, equipados com cabines com computadores e fones de ouvido para uso dos alunos em disciplinas que requerem a prática oral da língua estudada.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997/2003.

BAKHTIN, M. M./VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico em ciência da linguagem [1929]*. Tradução de Michel Lauhud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, 2004.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: *Questões de literatura e de estética: teoria do romance*. Trad. Aurora F. Bernardini et alii. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010

BRASIL. Decreto Federal nº 78.579/76. De *Reconhecimento do Curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1976.

_____. Constituição. *Constituição da República Federal do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 22 de 09/02/1990. De *Reconhecimento do Curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1990.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*. Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das *Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001. Institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a *Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: CNE, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CES 492, de 12 de dezembro de 2001. Institui *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CP 28/2001 de 18 de janeiro de 2002. *Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP 001, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE-CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a *Duração e a Carga Horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as *Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CES nº 15, de 02 de fevereiro de 2005. *Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE-PR nº 04/2006. Institui as *Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre *Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula e dá outras Providências.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

_____. Conselho Estadual de Educação. Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da *Oferta da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2011.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.* Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

CAMPO MOURÃO. Lei municipal No. 26 de 24 de abril 1972. Dispõe da *Criação da Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão – FUNDESCAM, de direito privado.* Campo Mourão, 1972.

_____. Decreto nº 73.982/74. Dispõe da *Aprovação de Licenciatura de 1º Grau*. Campo Mourão, 1974.

CANDIDO, A. *Direitos Humanos e literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CHAUI, M. *A Universidade Pública sob Nova Perspectiva*. In Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPed. Minas Gerais, Poços de Caldas, Revista Brasileira de Educação. 2003.

CHAUI, M. *Introdução à história da filosofia*, v.1: Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*. Nº 28 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2005

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 18, Rio de Janeiro, Set/Out/11nov/11dez, 2000

DUBOC, A. P. M. Avaliação da aprendizagem de línguas e os multiletramentos. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 26, n. 63, p. 664-687, São Paulo, set./dez. 2015

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: Uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS. Brasília: MEC/ SESU, 2006.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. Cascavel, Assoeste, 1984.

_____. *Portos de Passagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

LIBÂNEO, José C. *Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, abr-jun 2015.

MARTINS, L. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. In PINHO, S. Z.; CHAVES, A. J. F [et al]. *Oficinas de Estudos Pedagógicos: reflexão sobre a prática do Ensino Superior*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

MAGALHÃES, H.: Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. In: *ETD - Educação Temática Digital* 8 (2007), 2, pp. 168-175. Disponível em: < <http://nbnresolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-73594> >.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Ed. 28. Tradução de SANT'ANNA, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1873/1968/1982/2011.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINGUILI, M. da G.; CHAVES, A. J.; FORESTI, M. C. P. P. Universidade brasileira: visão histórica e papel social. In: *OFICINA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS*, 2007, Marília. [Anais...]. Marília: UNESP, 2007.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Decreto Estadual nº 398 de 27/04/87 para *institucionalização da FECILCAM*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Conselho Estadual da Educação. Portaria Ministerial nº 70/83. Dispõe da *Conversão para Licenciatura Plena*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para *Criação da Unespar*. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica Língua Estrangeira Moderna*. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

_____. Conselho Estadual da Educação. Deliberação CEE/PR nº 04/2013: *Normas estaduais para a Educação Ambiental*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para *Credenciamento da UNESPAR*. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual da Educação. *Decreto Estadual nº 9.538* de 5 de dezembro de 2013. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/PR nº 02/2015: *Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2015.

OLIVEIRA, M. B. A ciência que queremos e a mercantilização da universidade. In: Loureiro, I. & DelMasso, M. C. (Org.). *Tempos de greve na universidade pública*. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. p. 17-41.

PEREIRA, R. Acosta. *A orientação sociológica para a análise da língua: posições metodológicas nos escritos do Círculo de Bakhtin*. Letra Magna, v. 12, p. 01-20, 2016.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C.. *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções In: *Revista Poíesis*. Volume 3, Números 3 e 4, pag.5-24, 2006.

PINTO, A. V. *A questão da Universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

QUEIROZ, Glória P. E SANTIAGO, Rosana B. Uma Pedagogia visando a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão nos cursos universitários. *Enseñanza de las Ciencias*. Número Extra. Universidade Autònoma de Barcelona, 2005.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. 3 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

UNESPAR. *Plano de Plano de Desenvolvimento Institucional*. Unespar, 2011.

_____. *Projeto Político Institucional* aprovado pelo Conselho Universitário Provisório de 21 de maio de 2012. Unespar, 2012.

VIGOTSKY, L. S. 1934. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra 2^a. Edição – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

ANEXOS

ANEXO A
REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
LICENCIATURA EM LETRAS

TÍTULO I
ESTÁGIO

CAPÍTULO I
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 1º O Estágio Supervisionado na Universidade Estadual do Paraná - Unespar é considerado um ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes, e visa à formação profissional e humana.

Art. 2º O Estágio, atividade essencial na formação profissional e humana do estudante universitário, tem por objetivo propiciar o exercício do aprendizado profissional, comprometido com a realidade sócio-político-econômica do país.

Art. 3º O Estágio na Unespar poderá ser Obrigatório ou não Obrigatório, conforme determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação.

§ 1º Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, não acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, via programas e projetos devidamente aprovados pela IES (PIBID, Residência Pedagógica e outros programas intitucionalizados que possam contribuir para a formação docente) após avaliados pelo colegiado, poderão ser aproveitadas para o estágio curricular obrigatório, desde que não ultrapassem o limite de 50% da carga horária relativa ao ano de desenvolvimento.

CAPÍTULO II
OBJETIVOS E FINALIDADE

Art. 3º São objetivos do Estágio Curricular do curso de Letras Português:

- I. propiciar o contato do licenciando com seu futuro contexto de atuação profissional;
- II. promover momentos de experiência da realidade escolar; pautados no

- III. espírito de investigação e atitude científica para a solução de problemas oferecer espaço para reflexão do processo ensino-aprendizagem na educação básica como um ato político de compromisso e solidariedade;
- IV. propiciar, numa dialética teórico-prática, o desenvolvimento, a aplicação e análise/reflexão de elaborações didáticas consoante o contexto sócio-cultural de cada unidade concedente do estágio.

Art 4º O Estágio Supervisionado tem como finalidades:

- I. viabilizar aos estagiários a reflexão teórica sobre a prática;
- II. oportunizar aos estagiários o desenvolvimento de habilidades e posicionamentos necessários à ação docente;
- III. proporcionar aos estagiários o intercâmbio de informações e experiências concretas, de modo a prepará-los para o efetivo exercício da profissão;
- IV. promover aos estagiários vivência real e objetiva junto às escolas de Ensino Fundamental e Médio, levando em consideração a diversidade de contexto sociocultural e físico da escola e dos alunos.

TÍTULO II ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

CAPÍTULO I CARGA HORÁRIA

Art. 5º A carga horária para o Estágio Curricular consta do Projeto Pedagógico e está prevista na matriz curricular. As quatrocentas horas (400) do estágio são divididas da seguinte forma:

2º ano – 100 horas

3º ano – 150 horas

4º ano – 150 horas

Art. 6º Os acadêmicos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão solicitar a redução da carga horária, **apenas para a modalidade convencional para as etapas de observação e de participação**. A redução na carga horária correspondente ao estágio de regência não será autorizada, visto ser momento avaliativo do estagiário. Uma vez aprovada a redução, o acadêmico não se isenta de participar das sessões reflexivas, dos encontros presenciais obrigatórios nas dependências da Unespar para a preparação do material, da elaboração e entrega dos relatórios finais e demais atividades propostas.

§ 1º - Para fins de comprovação de atividade docente regular, será exigida a apresentação de carteira de trabalho e/ou contrato de trabalho e também Declaração

da instituição em que o acadêmico leciona em que conste a carga horária e as séries de atuação.

Art. 7º A redução da carga-horária das atividades de regência do Estágio será especificada no Manual de Estágio.

Art. 8º O estudante que, por alguma razão, não cumprir integralmente as horas de estágio determinadas para cada etapa deverá protocolar ao Coordenador de Estágio um Relatório de Justificativa a ser avaliado pelo Colegiado de curso, a quem competirá deliberar a respeito.

Art. 9º Os Estágios Supervisionados devem ser cumpridos dentro dos períodos letivos regulares.

Parágrafo único. A realização do estágio em época diferenciada pode ser aprovada de acordo com as necessidades do plano de estágio proposto, a juízo da Coordenação de Estágio, ouvido o Colegiado do Curso.

CAPÍTULO II CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 10 O Estágio Supervisionado curricular é obrigatório e deve ser realizado em estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio do Município de Apucarana ou por meio de cursos e/ou oficinas ofertados a alunos da Educação Básica (Fundamental II e Ensino Médio), sendo a maior parte da carga horária realizada em escolas públicas ou destinadas a alunos destas.

Parágrafo único. Quando o número de estagiários matriculados, da mesma cidade, for igual ou superior a 8 (oito), o estágio desses alunos poderá ser realizado na cidade de origem, desde que esta seja integrante do Núcleo Regional de Educação de Apucarana.

Art. 11 Para o desenvolvimento do estágio são consideradas, pelo Coordenador de Estágio, em relação à entidade concedente:

- I. aceitação das condições de supervisão e avaliação do estágio;
- II. anuência e acatamento das normas disciplinares dos estágios;
- III. celebração de convênio com a Universidade e de termo de compromisso com o aluno.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

Art. 12 Os estágios devem ser formalizados por meio de instrumentos jurídicos, celebrados entre a Unespar, a unidade concedente e o estudante.

Art. 13 Quando o campo de estágio se tratar de instituição de ensino (escola) envolvendo a realização do Estágio Obrigatório por mais de 01 (um) estagiário da Unespar, o Termo de Compromisso e de Convênio poderá ser coletivo.

Art. 14 O modelo de Termo de Compromisso a ser utilizado deve ser o disponibilizado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD, a ser encaminhado pelo coordenador de estágio, no início de cada ano letivo.

Parágrafo Único - O Termo de Compromisso será entregue no setor responsável pelos estágios no campus no qual o estudante está matriculado antes do início do estágio, conforme estipulado pelo Colegiado de Curso. Não será aceito o ingresso no campo de estágio sem a entrega do Termo de Compromisso.

Art. 15 A definição do campo de estágio e do orientador deverá ser realizada no âmbito do colegiado de curso e informada aos alunos no início de cada ano letivo.

§ 1º O estudante deverá providenciar o Termo de Compromisso, e protocolizar ao setor de estágio do campus.

§ 2º O responsável por assinar os Termos de Compromisso no campus é o Coordenador de Estágio do Curso ou, na inexistência ou falta dele, o Coordenador de Colegiado do Curso, ou, na falta desse último, o Coordenador da Central de Estágio do Campus.

Art. 16 O descumprimento do Art. 15 implica o indeferimento automático à solicitação de estágio, ainda que protocolada na Instituição.

Parágrafo Único - Se indeferido o pedido de estágio, poderá o estudante protocolizar outro pedido com as adequações necessárias, desde que dentro do período definido pelo Colegiado de Curso como necessário para o cumprimento das atividades e carga horária do estágio.

Capítulo IV ATIVIDADES

Art. 17 A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, acontece em três momentos:

- I. na Universidade - no estudo de concepções teórico-metodológicas e preparo das atividades de Estágio;
- II. nos estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e/ou Médio, ou em outro campo de atuação, efetivando o Estágio;
- III. na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 18 O Estágio Supervisionado ocorrerá, sempre que possível, da seguinte forma:

- I. O primeiro contato com a administração e o serviço de supervisão da escola dar-se-á por intermédio do Coordenador de Estágio, objetivando a coleta de informações relativas ao desenvolvimento das atividades como, número de turmas e período de funcionamento, entre outras informações necessárias;
- II. As informações obtidas deverão ser repassadas aos estagiários e subsidiarão o cronograma do estágio.
- III. O Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido sob duas modalidades: convencional e não convencional:

- a) por convencional entende-se o estágio executado conforme as etapas de observação, participação e direção de classe, no Ensino Fundamental e Médio.
- b) por não convencional compreende-se as atividades, de forma e tempos variados, que visam enriquecer a formação do licenciando, por meio de visitas, minicursos, oficinas, palestras, projetos, sessões reflexivas, entre outros.

Parágrafo único: a distribuição da carga horária para cumprimento dessas duas modalidades será flexível e adequada aos objetivos do curso.

Art. 19 As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem ser especificadas no plano de estágio previamente elaborado. Compete ao orientador de estágio auxiliar o licenciando e assinar os Planos de Estágio.

Parágrafo único. Os itens que devem constar no plano de estágio são os especificados no modelo elaborado pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado Curricular.

Art. 20 A programação de estágio deve ser elaborada até o início de cada período letivo pelos Coordenadores de Estágios e aprovada pelo respectivo Colegiado do Curso.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS DA UNESPAR

Art. 21 No curso de Letras Português, de acordo com as possibilidades de número de docentes, possuirá 01 (um) Coordenador e 01 (um) Vice-coordenador de Estágios, eleito pelo Colegiado, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral e/ou atuando nas disciplinas de estágio.

§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice-coordenador de Estágios serão nomeados pela Direção do Campus, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º O Coordenador de Estágio deve ser docente lotado no Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 3º Quando houver, o Vice-coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

CAPÍTULO IV COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 22 A Coordenação de Estágio é realizada por um professor do Curso de Letras, eleito pela Coordenação de Curso.

Art. 23 A orientação e supervisão direta dos alunos nos estabelecimentos oficiais dos Ensinos Fundamental e Médio serão realizadas pelo professor orientador.

Parágrafo único. Somente podem auxiliar na orientação de estágio, docentes do respectivo curso, respeitadas as suas áreas de formação e experiência profissional.

Art. 24 A orientação de estágio é desenvolvida diretamente pelo Professor Orientador, por meio de acompanhamento do estagiário mediante observação e avaliação contínua das atividades na IES e nos campos de estágio, ao longo de todo o processo, desde sua elaboração até a redação do relatório final.

Art. 25 Cabe ao Coordenador de Estágio do Curso ou, na ausência dele, ao Coordenador do Colegiado do Curso:

I. manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão

- realizando estágios, com especificação dos locais;
- II. propor minuta do Regulamento de Estágio do Curso, baseando-se no Projeto Pedagógico do Curso e no Regulamento Geral de Estágios da Unespar, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e aprovação.
 - III. definir os campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
 - IV. convocar, sempre que necessárias, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos afins;
 - V. encaminhar ao Colegiado de Curso a programação dos estágios para atendimento ao previsto no Art. 34 desse Regulamento;
 - VI. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Obrigatórios.

Art. 26 Compete ao orientador de estágio:

- I. participar da elaboração, execução e avaliação das atividades pertinentes ao estágio;
- II. participar das reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso e/ou Coordenador de Estágio, para elaboração de Regulamentos de Estágios e assuntos afins como planejamento, organização, acompanhamento e avaliação;
- III. III. orientar a elaboração e assinar os Planos de Estágios, de acordo com o previsto neste Regulamento;
- IV. IV. receber os relatórios circunstanciados dos Estágios Obrigatórios ou não Obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;
- V. orientar, acompanhar e avaliar os estagiários;
- VI. avaliar o Relatório Parcial e Final de Estágio, quando previsto no Regulamento de Estágio do Curso e/ou no Termo de Compromisso no caso do Estágio não Obrigatório;
- VII. visitar o local de Estágio Obrigatório e não Obrigatório, de acordo com o tipo de orientação definida pelo curso, visando verificar a pertinência da atividade desenvolvida com o que está previsto no Plano de Estágio e garantindo que a atividade seja vinculada à formação do estudante;
- VIII. emitir relatório circunstanciado quando houver indício de desvirtuamento do estágio e encaminhar ao Coordenador de Estágios e Coordenador de Curso para as providências institucionais necessárias.

Art. 27 Compete ao estagiário:

- I. observar os regulamentos e exigências do campo de estágio;

- II. elaborar o plano de estágio sob orientação do Professor Supervisor;
- III. permanecer no local do estágio até o final do tempo regulamentado, obedecendo sempre os horários previstos;
- IV. realizar as atividades previstas no plano de estágio, bem como, manter um registro atualizado de todas elas;
- V. comunicar e justificar com antecedência, ao responsável pelo campo de estágio e ao Professor Supervisor, sua ausência em atividade prevista no plano de estágio;
- VI. repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo responsável pelo campo de estágio e pelo Professor Supervisor;
- VII. participar das atividades determinadas pelo Professor Supervisor;
- VIII. entregar ao Professor Supervisor, em data previamente fixada, o relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao estágio;
- IX. manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude de ética conveniente ao desempenho profissional;
- X. discutir com o professor regente de classe o planejamento e a execução das atividades propostas.

Art. 28 Compete ao Colegiado do Curso:

- I. emitir parecer sobre o Regulamento de Estágio Curricular do Curso;
- II. aprovar, em cada período, a respectiva programação inicial referente ao plano de estágio e o relatório final das atividades do estágio curricular;
- III. convocar reunião de Colegiado, sempre que necessário ou a pedido do Coordenador de Estágio, para discutir questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO V CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 29 O Estágio Supervisionado terá critérios de avaliação próprios, que serão definidos (quantitativamente) pelo Colegiado de Curso.

Art. 30 A avaliação do estágio supervisionado fica condicionada à observância dos seguintes aspectos:

- I. frequência e participação nas atividades referentes ao estágio;
- II. cumprimento satisfatório das tarefas;
- III. elaboração, condução e execução das atividades, quando regente de classe;

- IV. preparação e apresentação de seminários;
- V. outros tipos de trabalhos ou atividades;
- VI. entrega do(s) relatório(s) do estágio.

Art. 31 O aluno somente poderá iniciar seu estágio de regência após:

- I. Protocolar todos os documentos obrigatórios ao início do estágio;
- II. Entregar o planejamento ao professor supervisor com antecedência.

Art. 32 Poderão fazer parte da avaliação as observações feitas pelo professor regente de classe e pela equipe técnico-pedagógica do campo de estágio.

Art. 33 O aluno estagiário, quando regente de classe, após ter cumprido 25% (vinte e cinco por cento) de horas que deve ministrar, pode ser afastado da regência, pelo Supervisor, se sua atuação oferecer prejuízo à aprendizagem dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio envolvidos.

§ 1º O Supervisor de Estágio deve apresentar, por escrito, ao Coordenador de Estágio a decisão do afastamento, com visto do responsável pelo campo de estágio.

§ 2º O aluno estagiário afastado deverá refazer o estágio em uma nova turma e, se o problema persistir, o estágio deve ser interrompido definitivamente.

§ 3º O aluno estagiário, mesmo afastado, deve ser avaliado.

Art. 34 Tendo em vista as especificidades didático-pedagógicas da disciplina, caso o licenciando não atinja a média anual 7,0 (sete), não haverá, para o estagiário, nova oportunidade de estágio, revisão de avaliação e realização de exame final, bem como não lhe será permitido cursá-la concomitantemente com outra disciplina de estágio. O acadêmico que não for aprovado cursará novamente a disciplina no período letivo seguinte, devendo ser cumpridas novamente todas as atividades previstas.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de Estágio, ouvido o Colegiado do Curso, e as demais partes envolvidas, em concordância com o que dispõe o Regulamento Geral dos Estágios, na Unespar, *Campus Apucarana*.

Art. 36 A Unespar deverá adquirir apólice de seguro coletivo para os estagiários, no início de cada período letivo.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Curso o encaminhamento da relação nominal dos alunos matriculados no Estágio Supervisionado, com objetivo de atender ao disposto no “caput” deste artigo.

ANEXO B

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo ou de monografia, é componente curricular obrigatório do Curso de Letras Português e deve ser desenvolvido ao longo dos dois últimos anos da graduação, com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivos:

- Desenvolver, no acadêmico, a habilidade de produzir um trabalho científico (desenvolver pesquisa), seja à luz da prática vivenciada nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado e/ou dos conceitos adquiridos nos demais componentes curriculares (disciplinas) oferecidos pelo Curso;
- Iniciar o aluno na prática do desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
- Formar, no aluno, a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, a fim de que possa alcançar efetiva autonomia intelectual.

Art. 3º - O TCC constitui um trabalho de natureza científica, de caráter dissertativo, vertido na norma culta da língua portuguesa, e deverá observar as seguintes orientações:

§ 1º - O trabalho de conclusão de curso deverá eleger um (e apenas um) problema de pesquisa, sobre o qual dissertará seu autor, procurando explicitar no corpo do texto:

1. O problema/hipótese(s) sob investigação;
2. A revisão bibliográfica;
3. A metodologia escolhida para a verificação do problema;
4. Os resultados da aplicação da metodologia escolhida;
5. As conclusões extraídas e sua pertinência para os estudos na área.

§ 2º - O texto científico deverá primar pela objetividade; pelo uso adequado do vocabulário e da terminologia técnica; pelo fornecimento de provas, contraprovas e outras evidências que possam confirmar ou invalidar as proposições analisadas; pela recuperação dos referenciais teóricos a partir dos quais o problema se constitui e dentro dos quais pode encontrar solução; pela discussão aprofundada e sistemática da(s) hipótese(s) proposta(s); pela análise e interpretação dos dados obtidos para fins de investigação.

§ 3º - Como trabalho de conclusão de curso de graduação, não se espera, necessariamente, originalidade na escolha do problema ou na definição das hipóteses a serem verificadas ou da metodologia a ser utilizada. No entanto, o TCC deve constituir, necessariamente, um texto autêntico, inédito, com características próprias, tendo em vista que quaisquer indícios de plágio acarretarão não apenas a reprovação do acadêmico, como também sua sujeição aos rigores da Lei.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O desenvolvimento do TCC será acompanhado por um professor-orientador, preferencialmente dos cursos de Letras, e necessariamente do *campus* de Apucarana, sejam eles efetivos ou não, em sessões de orientação definidas em comum acordo com os orientandos.

§ 1º - Caso o acadêmico deseje ser orientado por um professor de outro curso, poderá solicitar a orientação deste, mediante contato prévio do acadêmico com o professor e posterior aprovação do Colegiado.

§ 2º - Não é possível, para Projetos e/ou Trabalhos de Conclusão de Curso, a prática de coorientação.

§ 3 - Cada orientador poderá orientar, no máximo, 6 (seis) trabalhos a cada ano letivo.

§ 4 - Os trabalhos deverão ser realizados individualmente.

Art. 5º - O TCC deverá ser desenvolvido, necessariamente, dentro de uma das linhas de pesquisa definidas pelo professor-orientador.

Parágrafo Único - Cabe ao aluno a escolha do orientador e, conseqüentemente, da linha de pesquisa a ser desenvolvida em seu trabalho, respeitado o limite máximo de 6 (seis) trabalhos por orientador.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art 6º - O TCC será avaliado pelo orientador e por um professor examinador, indicado pelo professor-orientador.

§ 1º - A avaliação do TCC será feita em duas etapas:

- a) Análise do texto escrito;
- b) Apresentação oral pública.

§ 2º - Cada um dos avaliadores atribuirá, ao trabalho desenvolvido, nota de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, segundo o grau de avaliação específica, constante dos critérios a serem estabelecidos pelo Colegiado de Curso e apresentados, aos avaliadores e acadêmicos, em formulário próprio.

§ 3º - Será considerado aprovado o aluno cujo TCC alcançar, na média dos avaliadores, nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

§ 4º - Será considerado reprovado, sem direito à revisão do texto ou a qualquer outra forma de recuperação, o aluno cujo TCC:

- a) Não for entregue no prazo estipulado pela Coordenação de TCC;
- b) Não alcançar, na média dos avaliadores, nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos;

c) Constituir plágio, ou seja, exercício predominante de colagem e/ou paráfrase de textos produzidos por outros autores sem a devida referência.

CAPÍTULO IV AS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - São atribuições do coordenador de TCC:

- I. Publicar edital para abertura de inscrições (com indicação do conjunto dos professores-orientadores e suas linhas de pesquisa);
- II. Recolher as inscrições (com indicação de pelo menos três opções de orientadores);
- III. Processar as inscrições (com a formação dos grupos e, sempre que pertinente, realização de seleção e remanejamento de alunos);
- IV. Divulgar os resultados da seleção.
- V. Promover reuniões periódicas entre o conjunto de professores-orientadores para avaliação das atividades;
- VI. Analisar e julgar requerimentos referentes ao TCC;
- VII. Estabelecer e fazer cumprir o calendário das atividades de TCC;
- VIII. Organizar o processo de avaliação dos TCCs.

Art. 8º - São atribuições do professor-orientador:

- I. Dar orientação aos trabalhos desenvolvidos pelos alunos sob sua orientação;
- II. Elaborar, em comum acordo com os alunos sob sua orientação, os planos de pesquisa e o calendário de atendimento;
- III. Participar das atividades comuns programadas pela Coordenação de TCC;
- IV. Avaliar as etapas parcial e final de desenvolvimento dos trabalhos;
- V. Atender seus orientandos nos horários estipulados, registrando anotações sobre o desenvolvimento do trabalho;

Art 9º - São atribuições do orientando:

- I. Comparecer e participar das sessões de orientação nas datas agendadas;
- II. Participar das atividades comuns programadas pela Coordenação de TCC;
- III. Elaborar, em comum acordo com o orientador, os planos de pesquisa e o calendário de atendimento;
- IV. Realizar as atividades relativas ao desenvolvimento do TCC, conforme orientações recebidas;
- V. Cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art 10º - Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de TCC, depois de ouvido o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas.

ANEXO C

REGULAMENTO DE ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR (AAC) para os cursos de Letras da UNESPAR / APUCARANA

Do Objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares

Art. 1º O objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares - AAC é o enriquecimento da formação do aluno de Licenciatura em Letras, por meio da vivência em distintos campos do conhecimento, afins à Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Literaturas e Educação, permitindo formação sólida e ampla do futuro profissional.

Do Requisito para Colação de Grau

Art. 2º O cumprimento de 200 horas em AAC é um dos requisitos para a colação de grau, que deverá ser obtido ao longo da vida acadêmica do discente, na UNESPAR/APUCARANA ou em outra IES, reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Dos Objetos das Atividades Complementares

Art. 3º Sendo complementares à formação básica do aluno, as AAC devem ter como objeto disciplinas, temas ou atividades que não constem da grade curricular do Curso de Letras.

Art. 4º A carga de 200 horas de AAC deverá ser cumprida segundo práticas previstas neste regulamento, desde que previamente homologadas pelo Colegiado do Curso de Letras.

Art. 5º Deve-se ter em conta a conexão mínima de conteúdo da atividade com o Curso de Letras, bem como sua relevância para o processo de formação profissional.

São consideradas AAC, dentre outras:

1. Participação em programas de pesquisa;
2. Realização de monitoria
3. Participação em instâncias acadêmico-administrativas da UNESPAR/APUCARANA: representante discente no Conselho departamental ou colegiado de curso, representante de turma; membro/presidente de centro acadêmico
4. Participação em eventos científicos,
5. Participação em comissões de organização de eventos científicos ou de extensão;
6. Participação em cursos de extensão;
7. Participação e aprovação em disciplinas especiais ou eletivas de cursos da Instituição;
8. Participação e aprovação em disciplinas de cursos em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC;
9. Participação e aprovação em atividades de extensão, expedidas pelos órgãos competentes, para a comunidade em geral;

10. Publicações científicas;
11. Comunicações científicas;
12. Classificação em concursos de monografias;
13. Estágios extracurriculares em áreas específicas do respectivo curso;
14. Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica;
15. Estágios voluntários;
16. Cursos de Línguas e Informática.

Parágrafo único: Outras atividades não previstas neste artigo serão analisadas pelo Colegiado do Curso.

Do Aproveitamento e Cômputo das AAC

Art. 6º O aluno, ao longo da sua formação no curso de Curso de Letras, deve realizar atividades, necessariamente, em, pelo menos, 3 (três) Grupos de AAC, sendo até 100 (cem) horas em atividades de extensão, independentemente de já ter atingido as 200 horas exigidas.

Art. 7º. As horas de Atividades Complementares realizadas pelo aluno são computadas dentro dos seguintes limites máximos:

Grupos de Atividades Complementares
Grupo 1 – Limite máximo para cômputo: 80 horas
Participação em programas de pesquisa e iniciação científica e projetos de extensão
Grupo 2 – Limite máximo para cômputo: 100 horas
Realização de monitoria, até 50% da carga horária anual (90 horas (máximo)) Participação em comissões de organização de seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios Cursos de línguas (inglesa / espanhola / portuguesa, de acordo com o curso)
Grupo 3 – Limite máximo para cômputo: 80 horas
Publicações científicas (20 horas por publicação).
Comunicações científicas (5 horas por comunicação).
Classificação em concursos de monografias (5 horas por monografia).
Grupo 4 – Limite máximo para cômputo: 50 horas

Participação e aprovação em atividades de extensão, expedidas pelos órgãos competentes, para a comunidade em geral.
Grupo 5 – Limite máximo para cômputo: 25 horas
Cursos de Informática. Cursos de outras línguas.
Grupo 6 – Limite máximo para cômputo: 120 horas
Participação em seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios. (máximo de 40 horas por ano)
Grupo 7 – Limite máximo para cômputo: 50 horas
Participação em cursos de extensão.
Grupo 8 – Limite máximo para cômputo: 100 horas
Aprovação em disciplinas de outros cursos da Instituição e de outras instituições de ensino superior reconhecidas. Estágios extracurriculares em áreas específicas do cursos. Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica Estágios Voluntários.
Grupo 9 – Limite máximo para cômputo: 20 horas
Representante discente no Conselho Departamental ou Colegiado de Curso Representante de turma Membro/presidente de centro acadêmico

Art. 8º. Exigem-se para o aproveitamento das Atividades Complementares:

Atividade Complementar	Prova exigida
Participação em congressos, seminários, conferências, palestras	Certificado de participação
Participação em comissão de organização de congressos, seminários, conferências, palestras	Certificado de participação com carga horária
Cursos de Extensão	Certificado de participação, frequência e aproveitamento

Disciplinas cursadas em outros cursos	Aprovação comprovada da disciplina
Exercício de monitoria	Relatório final do professor orientador
Participação em pesquisa institucional	Relatório do professor orientador
Participação em programas de extensão	Certificado de participação e relatório
Realização de estágios extracurriculares	Certificado de participação com carga horária
Artigos publicados	Publicação ou aceite
Comunicação científica	Certificado de apresentação de comunicação e resumo aprovado
Classificação em concursos de monografia	Monografia elaborada e atestado de classificação
Estágios extracurriculares em áreas específicas do respectivo curso.	Certificado de participação e relatório
Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica	Certificado de participação e relatório do (a) acadêmico (a)
Representante de turma	Declaração emitida pelo Coordenador de Curso
Representante discente no Colegiado do Curso	Portaria / Declaração emitida pelo presidente do grupo (Coordenador de Curso)
Representante discente no Conselho Departamental	Declaração emitida pelo presidente do grupo (diretor)
Membro/presidente de centro acadêmico	Declaração emitida pelo presidente do centro
Estágios Voluntários	Certificados de cumprimento e relatório.
Cursos de línguas e Informática	Certificado de frequência e aproveitamento.

Art. 9º. As cargas horárias definidas nos respectivos certificados, diplomas ou certidões não representam necessariamente a carga horária atribuída como aproveitamento para a atividade realizada pelo aluno. O cômputo estará a juízo do Colegiado do Curso de Letras.

Art. 10. As cargas horárias das Atividades Complementares são assim computadas respeitando o limite máximo para cômputo:

Atividade Complementar	Aproveitamento
Se relacionada a disciplinas já cursadas pelo aluno no momento da realização da atividade.	100 % da carga horária indicada,
Se relacionada a disciplinas que o aluno cursa no momento da realização da atividade.	100 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que o aluno não cursou no momento da realização da atividade.	Até 50 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que o aluno não cursou no momento da realização da atividade, mas em cuja área já trabalhou ou estagiou.	Até 50 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que não fazem parte da grade curricular fixa do Curso Letras	Até 50% da carga horária indicada

Art. 11. A carga horária tem como unidade mínima de tempo de 60 (sessenta minutos). A atividade, que tiver duração inferior, poderá ser aproximada a esse valor.

Art. 12. Se a prova da Atividade Complementar não informar a respectiva carga horária, esta será estimada pelo Colegiado do Curso de Letras, a partir do tipo de atividade e do relatório feito pelo aluno.

Do Procedimento para o Cômputo das Atividades Acadêmicas Complementares Obrigatórias

Art. 13. O cômputo das AAC é realizado pelo Colegiado do Curso de Letras, mediante requerimento feito pelo aluno e protocolizado ao Coordenador de Curso.

§ 1º Será estabelecido pelo coordenador do curso uma data limite anual para o protocolo dos documentos probantes das atividades complementares.

§ 2º No momento do protocolo, deverão ser apresentados comprovantes originais (e uma cópia) das atividades objeto do requerimento, que serão analisados por um relator do Colegiado do Curso.

§ 3º O requerimento deve ser feito até o final do semestre seguinte à data da realização da AAC, sob pena de decurso de prazo.

§ 4º Caberá à Coordenação deferir ou não o requerimento.

§ 5º Uma vez deferido o pedido, a carga horária aprovada e referente à atividade complementar em questão será inserida no sistema através da Secretaria Acadêmica da UNESPAR/APUCARANA.

§ 6º O aluno que estiver no último ano do Curso deve fazer o requerimento no prazo estipulado pela Coordenação do Curso, sob pena de não ser avaliado para o período e conseqüente impossibilidade de colação de grau.

§ 7º O requerimento deve ser acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s), conforme disposto no artigo 11 deste Regulamento.

Art. 14 À medida que os (as) alunos (as) vão cumprindo as atividades válidas para AAC definidas neste regulamento, deverão elaborar os relatórios, anexando os respectivos comprovantes originais e cópias, para requerimento em conjunto das horas, mediante formulário específico a ser disponibilizado pela Coordenação de Curso.

Art. 15 O Colegiado analisará o pedido de conformidade com a presente Regulamentação e o aprovará, remetendo-o para registro.

Disposição Geral

Art. 16 É de responsabilidade do aluno a iniciativa, a realização e o gerenciamento das Atividades Acadêmicas Complementares Obrigatórias, que **deverá cumprir ao longo de seu curso de graduação na UNESPAR/APUCARANA**. O (a) aluno (a) poderá, com antecedência adequada, solicitar ao Colegiado, esclarecimento sobre a aceitabilidade ou não de alguma atividade, devendo para tanto trazer informações oficiais e seguras para orientar a resposta.

Art. 17 Os casos omissos a esta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.